



# I SEMINÁRIO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DO PPGDSCI

CEAM | UNB

## LIVRO DE RESUMOS

21 de outubro

2021



Universidade de Brasília  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação  
Internacional

# **Livro de Resumos**

## **I Seminário de Trabalhos Científicos do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI)**

Andréa Mathes Faustino  
Organizadora

Brasília - DF  
Universidade de Brasília  
2021

© 2021 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília.



[<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/"></a><br /><span xmlns:dct="http://purl.org/dc/terms/" property="dct:title"> I Seminário de Trabalhos Científicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional \(PPGDSCI\)</span> de <a xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" href="ceam.unb.br" property="cc:attributionName" rel="cc:attributionURL">Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares \(CEAM\) da Universidade de Brasília \(UnB\)</a> está licenciado com uma Licença <a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/">Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional</a>.<br />Baseado no trabalho disponível em <a xmlns:dct="http://purl.org/dc/terms/" href="unb.br" rel="dct:source">unb.br</a>.<br />Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em <a xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" href="http://ppgdsci.unb.br/" rel="cc:morePermissions"><http://ppgdsci.unb.br/></a>.](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília.

[1ª edição]

### **Elaboração e informações**

Universidade de Brasília

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional  
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Pavilhão Multiuso 1 - Bloco C, 1º andar. CEP: 70910-900, Brasília - DF, Brasil

Contato: (61)3107- 5935 Site: [www.ceam.unb.br](http://www.ceam.unb.br) E-mail: [ppgdsci@unb.br](mailto:ppgdsci@unb.br)

**Equipe técnica****Organizadora**

Andréa Mathes Faustino

**Comissão Organizadora do Evento**

Ana Carla Vaz Porto

Antonia Regina De Oliveira

Bárbara Nunes De Araujo Modesto

Cristina Borges Mariani

Eduardo Augusto Rodrigues Barros

Fábio Cezar De Oliveira

Jacqueline Guimarães

Jonathan Furtado Pedroza

Júlio Cezar Costa Ramos

Leonara De Oliveira Rocha

Lorena Dos Santos Rodrigues

Priscila De Oliveira Rodrigues

Ricardo Ajax Dias Kosloski

Sabrina Padilha De Menezes

Tatiana Frade Maciel

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília  
Rhuama Barbosa do Carmo – CRB 1/3060

S471 Seminário de Trabalhos Científicos do PPGDSCI (1. : 2021 :  
Brasília).  
Livro de resumos do I Seminário de Trabalhos Científicos do  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e  
Cooperação Internacional (PPGDSCI) [recurso eletrônico] / Andrea  
Mathes Faustino, organizadora. - Brasília : Universidade de Brasília,  
2021.

Modo de acesso: World Wide Web.  
ISBN 978-65-86503-60-9.  
Inclui bibliografia.

1. Publicações científicas. I. Faustino, Andrea Mathes (org.). II.  
Título.

CDU 001

*Caro (a) Leitor (a),*

Apresentamos o “LIVRO DE RESUMO” com a valiosa contribuição dos autores que apresentaram seus trabalhos durante o *I Seminário de Trabalhos Científicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI)*, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB) organizado pela docente e os discentes da Disciplina Optativa do PPGDSCI intitulada *Seminários de Produção de Trabalhos Científicos (CEAM 303445)*, ofertada durante o semestre 2021/1, conforme calendário da UnB.

O evento teve como objetivos oportunizar e divulgar à comunidade acadêmica interna e externa a UnB o reconhecimento, debate e reflexões sobre os assuntos desenvolvidos nas linhas de pesquisa do PPGDSCI - CEAM, que na atual estrutura do programa são os seguintes: Linha 1) Desenvolvimento, cultura e cooperação; Linha 2) Desenvolvimento, tecnologias e políticas públicas; e Linha 3) Desenvolvimento, sociedade e população.

Além das apresentações dos trabalhos pelos discentes, os palestrantes e convidados que estiveram presentes durante a mesa de abertura e no encerramento, trouxeram aspectos relevantes sobre a criação do PPGDSCI e sua atual estrutura nas mais diversas linhas de pesquisa. Destacou-se ainda a interdisciplinaridade tão presente entre as atuações docentes e discentes envolvidos nos Cursos de Mestrado e Doutorado do PPGDSCI, que neste ano de 2021 completou 10 anos de sua criação, sendo este também um evento comemorativo.

Desejamos a você boa leitura!

*Comissão Organizadora do I Seminário de Trabalhos Científicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI), CEAM, UnB.*



# I SEMINÁRIO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DO PPGDSCI

CEAM | UNB

## COMISSÃO ORGANIZADORA

### Comissão de Divulgação

Fábio Cezar De Oliveira  
Jonathan Furtado Pedroza  
Leonara De Oliveira Rocha  
Lorena Dos Santos Rodrigues  
Priscila De Oliveira Rodrigues

### Comissão Científica

Antonia Regina De Oliveira  
Eduardo Augusto Rodrigues Barros  
Júlio Cezar Costa Ramos  
Sabrina Padilha De Menezes  
Tatiana Frade Maciel

### Comissão de Apoio

Ana Carla Vaz Porto  
Bárbara Nunes De Araujo Modesto  
Cristina Borges Mariani  
Jacqueline Guimarães  
Ricardo Ajax Dias Kosloski

### Coordenadora Geral do Evento

Profa. Dra. Andréa Mathes Faustino

### Coordenador do PPGDSCI

Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bess

## Programação

RESPONSÁVEL	HORÁRIO	ATIVIDADES	CONVIDADOS
Cerimonialista: Bárbara Nunes de Araújo Modesto	9h-9h15	<b>MESA DE ABERTURA</b> Coordenação do PPGDSCI – CEAM / UnB Coordenação Geral do Evento Representante Discente	Prof. Luiz Fernando Macedo Bessa Profa. Andréa Mathes Faustino Sabrina Padilha de Menezes
	9h15-9h50	<b>CONFERÊNCIA DE ABERTURA</b> As contribuições do PPGDSCI para a comunidade além da academia	Profa. Ana Maria Nogales Vasconcelos
		<b>SESSÃO DE TEMAS LIVRES</b>	<b>AUTORES</b>
Apresentação e Mediação: Profa. Andréa Mathes e Bárbara Nunes de Araújo Modesto	9h50 – 10h	<b>Sessão 1:</b> Educação remota em tempos de pandemia: fatores associados ao desempenho dos estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Antonia Regina de Oliveira Bárbara Nunes de Araújo Modesto (apresentadora) Lorena dos Santos Rodrigues
	10h - 10h10	<b>Sessão 2:</b> A relação entre os índices de criminalidade e de instrução no Distrito Federal	Eduardo Augusto Rodrigues Barros (apresentador) Jonathan Furtado Pedroza
	10h10 - 10h15 (5 minutos)	<b>Espaço para perguntas</b>	
	10h15 -10h25	<b>Sessão 3:</b> Novembro azul: somos mais do que próstatas	Júlio Cezar Costa Ramos (apresentador) Ricardo Ajax Dias Koloski
	10h25-10h35	<b>Sessão 4:</b> Desigualdades de gênero no trabalho terceirizado	Ana Carla Vaz Porto (apresentadora) Mariana Diener
	10h35 – 10h40 (5 minutos)	<b>Espaço para perguntas</b>	
	10h40– 10h50	<b>Sessão 5:</b> Refugiados e a política linguística de acolhimento: do problema conceitual à prática pedagógica	Sabrina Padilha de Menezes (apresentador) Umberto Euzebio
	10h50 – 11h	<b>Sessão 6:</b> Laboratórios de inovação no setor público: um estudo de caso sobre o LabFLV	Leonara de Oliveira Rocha Priscila de Oliveira Rodrigues (apresentadora) Solana Irene Loch Zandonai Cristina Ramalho Barros
	11h – 11h05 (5 minutos)	<b>Espaço para perguntas</b>	
	11h20 – 11h30	<b>Sessão 7:</b> Cidades inteligentes e governo aberto: análise preliminar da carta brasileira de cidades inteligentes	Cristina Borges Mariani Jaqueline Moreno Gomes Guimarães (apresentadora)
11h30 – 11h40	<b>Sessão 8:</b> Como as cidades inteligentes podem se tornar amigas da pessoa idosa: uma revisão narrativa	Fabio Cezar de Oliveira (apresentador) Tatiana Frade Maciel	
11h40 – 11h45 (5 minutos)	<b>Espaço para perguntas</b>		
Apresentação Vídeo	11h45 – 12h	Apresentação do vídeo Gerson de Castro Pintando a História - Paranoá/Distrito Federal – Brasil	Prof. Dr. José Walter
	12h	<b>Encerramento</b>	





# I SEMINÁRIO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DO PPGDSCI

CEAM | UNB

## Sumário

EDUCAÇÃO REMOTA EM TEMPOS DE PANDEMIA: FATORES ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	5
A RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE E DE INSTRUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL..	13
NOVEMBRO AZUL: SOMOS MAIS DO QUE PRÓSTATAS.....	19
DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO TERCEIRIZADO .....	26
REFUGIADOS E A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE ACOLHIMENTO: DO PROBLEMA CONCEITUAL À PRÁTICA PEDAGÓGICA .....	33
LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O LABFLV .	41
CIDADES INTELIGENTES E GOVERNO ABERTO: ANÁLISE PRELIMINAR DA CARTA BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES.....	47
COMO AS CIDADES INTELIGENTES PODEM SE TORNAR AMIGAS DA PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	53

## **EDUCAÇÃO REMOTA EM TEMPOS DE PANDEMIA: FATORES ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Lorena dos Santos Rodrigues <sup>1</sup>

Bárbara Nunes de Araújo Modesto <sup>2</sup>

Antonia Regina de Oliveira <sup>3</sup>

*1 Mestranda, Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: lorenadossantosrodrigues@gmail.com.*

*2 Mestranda, Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: brbmodesto@gmail.com.*

*3 Doutoranda, Universidade de Brasília, PPGDSCI). E-mail: antonia.reoli@gmail.com*

**Resumo:** Como forma de continuar as atividades pedagógicas, bem como reduzir o impacto nos processos de aprendizagem, o ensino remoto foi adotado como estratégia pelas instituições educativas públicas e privadas de educação básica em decorrência da suspensão das aulas presenciais ocorridas em março de 2020, quando reconhecido o estado de calamidade pública provocado pela disseminação pandêmica da COVID-19. O ensino remoto emergencial não se confunde com a educação a distância, e, portanto, carece de maior investigação para conhecer suas características, desafios e consequências. Diante disso, este trabalho possui como objetivo: Identificar os fatores associados ao desempenho escolar dos estudantes, em especial da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, submetidos ao ensino remoto durante o período pandêmico por meio de revisão de literatura. Foi feito um levantamento na plataforma CAPES dos estudos relacionados à pandemia, ensino remoto e educação básica, publicados em 2020 e 2021, sem a pretensão de esgotar o assunto. A partir dos resultados encontrados, buscou-se identificar os fatores associados ao desempenho escolar em tempos de ensino remoto na educação básica. Os fatores identificados, no total 13, e os respectivos estudos foram compilados e organizados em uma tabela. Os fatores mais recorrentes foram os ligados ao universo da tecnologia e situação psicossocial.

**Palavras-chave:** Pandemia COVID-19; Ensino remoto; Fatores associados ao desempenho.

### **Introdução**

A pandemia de COVID-19 está promovendo intensas transformações no mundo e impactos consideráveis na vida das pessoas. Dentre os muitos efeitos sentidos, um dos que mais impactou a sociedade foi o fechamento das escolas, que por consequência, impediu a realização das aulas presenciais (HERRERA, 2021, p.5).

Como forma de continuar atividades escolares, foi autorizado, no Brasil, pela Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais. A UNESCO (2020) e o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2020) recomendaram a adoção de atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de comunicação e informação. Nesse contexto, foi adotado por grande parte das escolas de ensino básico, o ensino remoto, aqui compreendido consoante a definição de “educação remota em caráter emergencial” atribuída por Joey; Moreira e Rocha (2020, p.13):

[...] o uso de soluções de ensino e produção de atividades totalmente remotas, como, por exemplo, a produção de videoaulas que podem ser transmitidas por televisão ou pela Internet. Essas aulas estão sendo ministradas digitalmente e retornarão ao formato presencial assim que a crise sanitária tiver sido resolvida ou controlada. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um novo modelo educacional, mas fornecer acesso temporário aos conteúdos e apoios educacionais de uma maneira a minimizar os efeitos do isolamento social nesse processo.

O ensino remoto emergencial não se confunde com a educação a distância, e, portanto, carece de maior investigação para conhecer suas características, desafios e consequências. Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo: Identificar os fatores associados ao desempenho escolar dos estudantes no Brasil, em especial da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, submetidos ao ensino remoto durante o período pandêmico por meio de revisão de literatura.

## **Metodologia**

Foram feitas buscas na Plataforma Periódicos Capes, na modalidade de busca avançada, com as seguintes palavras-chave: (“pandemia” and “educação”); (“covid” and “educação”) e (“ensino remoto” and “pandemia”). Notou-se a necessidade de acrescentar alguns filtros para aumentar a relevância dos artigos que retornaram, e excluir, principalmente, aqueles que tratavam especificamente da área da saúde, da área de administração pública, de contexto não pandêmico, de educação fora do Brasil, de design educacional, de ensino técnico e educação superior. Todas as buscas foram realizadas no dia 07 de outubro de 2021.

O tópico (“pandemia” and “educação”) gerou 84 resultados. Após leitura do conteúdo, 13 foram inseridos. Utilizaram-se os seguintes filtros:

- Revisados por pares; 2020 a 2021.
- TÓPICOS INCLUÍDOS: Social Isolation, Sars-Cov-2, Education, Brazil, Educação, Pandemia, Pandemics, Coronaviruses, Covid-19.
- TÓPICOS EXCLUÍDOS: Pneumonia, Viral - Epidemiology, Coronavirus Infections - Epidemiology, Epidemics, Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2, Science & Technology, Life Sciences & Biomedicine, Public Health, Public, Environmental & Occupational Health, Management, Public Administration.

O tópico (“covid” and “educação”) gerou 41 resultados. Após a leitura do conteúdo, 6 foram inseridos. Utilizaram-se os seguintes filtros: Revisados por pares; 2020-2021;

- TÓPICOS INCLUÍDOS: Pandemic Social Distancing, Covid, Education, Sars-Cov-2, Epidemics, Humans, Pandemic, Coronaviruses, Covid-19, Viral Diseases.
- TÓPICOS EXCLUÍDOS: Female, Public Health, Public Administration, Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2, Management, Public, Environmental & Occupational Health, Analysis remover Science & Technology, Life Sciences & Biomedicine.

O tópico (“ensino remoto” and “pandemia”) gerou 63 resultados. Após a leitura do conteúdo, 10 foram inseridos. Utilizou-se os seguintes filtros:

- 2020- 2021; revisado por pares.

Os resultados dos 29 textos lidos e utilizados foram concatenados e sintetizados no quadro apresentado a seguir no tópico Resultados e discussões.

## Resultados e discussões

Quadro 1. Fatores associados identificados e os autores dos textos lidos, relacionados com cada fator.

Nº	Fatores associados	Autores
I.	Acesso a aparelhos tecnológicos tais como celulares, tablets e computadores - falta de materiais pedagógicos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) AMORIM, D. C.; COSTA, C. J. de S. A. (2020)</li> <li>2) CASTMAN, A. S.; RODRIGUES, R. (2020)</li> <li>3) JOYE, C.R.; MOREIRA, M.M.; ROCHA, S.S.D. (2020) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R.</li> <li>4) M. C. R. A (2020)</li> <li>5) REDON, V. L. (2020)</li> <li>6) SÁNCHEZ-CRUZ, E.; MASINIRE, A.; LÓPEZ, E. V. (2021)</li> <li>7) SILVA, M.; SOUZA, E.; MEDEIROS, A.; MARTINS, E. (2020)</li> <li>8) SOUZA, E. P. de (2020)</li> </ol>
II.	Acesso à internet	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) AMORIM, D. C.; COSTA, C. J. de S. A. (2020)</li> <li>2) CASTMAN, A. S.; RODRIGUES, R. (2020)</li> <li>3) DUARTE, C. P. (2020)</li> <li>4) FIORI; R.; GOI, M. E. J. (2020)</li> <li>5) JOYE, C.R.; MOREIRA, M.M.; ROCHA, S.S.D. (2020)</li> <li>6) MÉDICI, M.; TATTO, E.; LEÃO, M. (2020)</li> <li>7) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A (2020)</li> <li>8) REDON, V. L. (2020)</li> <li>9) SILVA, M.; SOUZA, E.; MEDEIROS, A.; MARTINS, E. (2020)</li> <li>10) SOUZA, E. P. de (2020)</li> </ol>
III.	Familiaridade, adaptação e formação para uso dos recursos tecnológicos e digitais por parte dos responsáveis, alunos e professores. Letramento digital.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) AMORIM, D. C.; COSTA, C. J. de S. A. (2020)</li> <li>2) BAADE, J. et al (2020)</li> <li>3) FIORI; R.; GOI, M. E. J. (2020)</li> <li>4) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A (2020)</li> <li>5) MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. (2020)</li> <li>6) MORAES, E. C. (2020)</li> <li>7) NONATO, E. do R. S.; SALES, M. V. S.; CAVALCANTE, T. R. (2021)</li> <li>8) OLIVEIRA, J. B. A.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A. (2020)</li> <li>9) PÁDUA, C.A.L de O; FRANÇA-CARVALHO, A.D. (2020)</li> <li>10) PALUDO, E. (2020)</li> <li>11) PONTES, F.; ROSTAS, M. (2020)</li> <li>12) SAMPAIO, R. M. (2020)</li> <li>13) SOUZA, E. P. de (2020)</li> </ol>
IV.	Uso de recursos pedagógicos diferenciados pelos docentes	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) AMORIM, D. C.; COSTA, C. (2020) FIORI; R.; GOI, M. E. J. (2020)</li> <li>2) NONATO, E. do R. S.; SALES, M. V. S.; CAVALCANTE, T. R. (2021)</li> <li>3) R. (2021)</li> <li>4) SOUZA, E. P. de (2020)</li> </ol>
V.	Situação emocional do aluno e da família e resiliência a crises	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) BENITEZ-CORONA, L.; MARTÍNEZ-RODRIGUEZ, R. C.; TARTAKOWSKY PEZOA, V. (2021)</li> <li>2) CID, M. F. B.; FERNANDES, A. D. S. A.; MORATO, G. G.; MINATEL, M. M. (2020)</li> <li>3) DUARTE, C. P. (2020)</li> </ol>

		<ol style="list-style-type: none"> <li>4) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A (2020)</li> <li>5) PALMA GARCÍA ,M. DE LAS O.; HURTUBIA TOROV.; ACUÑA FAÚNDEZ ,M.; GIL HERNÁNDEZG, E.(2021)</li> <li>6) REDON, V. L. (2020)</li> </ol>
VI.	Fragmentação na relação professor-aluno	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LARA, R. da C. (2020)</li> <li>2) REDON, V. L. (2020)</li> <li>3) SILVA, M.; SOUZA, E.; MEDEIROS, A.; MARTINS, E. (2020)</li> </ol>
VII.	Conteúdos confusos e metodologia ineficaz	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) DUARTE, C. P. (2020)</li> <li>2) FIORI; R.; GOI, M. E. J. (2020)</li> <li>3) JOYE, C.R.; MOREIRA, M.M.; ROCHA, S.S.D. (2020)</li> <li>4) MÉDICI, M.; TATTO, E.; LEÃO, M. (2020)</li> </ol>
VIII.	Dificuldades com horário (organização do tempo, falta de tempo dos responsáveis para acompanhar)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A (2020)</li> <li>2) MÉDICI, M.; TATTO, E.; LEÃO, M. (2020)</li> </ol>
IX.	Necessidade de estar em sala de aula ou laboratório	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) AMORIM, D. C.; COSTA, C. J.de S. A. (2020)</li> <li>2) MÉDICI, M.; TATTO, E.; LEÃO, M. (2020)</li> </ol>
X.	Ambiente doméstico não favorável aos estudos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) DUARTE, C. P. (2020)</li> <li>2) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A (2020)</li> <li>3) MÉDICI, M.; TATTO, E.; LEÃO, M. (2020)</li> </ol>
XI.	Apoio da família para seguir roteiros práticos e estruturados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A (2020)</li> <li>2) REDON, V. L. (2020)</li> <li>3) SAMPAIO, R. M. (2020)</li> </ol>
XII.	Fluência de leitura, vinculação com o conhecimento, letramento e capacidade de discernir informações de qualidade dos pais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) REDON, V. L. (2020)</li> <li>2) SAMPAIO, R. M. (2020)</li> </ol>
XIII.	Comunicação, interação social e colaboração entre coordenador/professor, professor/professor, professor/pais, pais/pais, professor/aluno, aluno/aluno.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) AMORIM, D. C.; COSTA, C. J.de S. A. (2020)</li> <li>2) FIORI ;R.; GOI, M. E. J. (2020)</li> <li>3) PÁDUA, C.A.L de O; FRANÇA-CARVALHO, A.D. (2020)</li> <li>4) PALUDO, E. (2020)</li> <li>5) REDON, V. L. (2020)</li> <li>6) SOUZA, E. P. de (2020)</li> </ol>

Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

## Considerações Finais

Destaca-se que as pesquisas analisadas não tratam especificamente de fatores associados ao desempenho, portanto, os resultados decorrem da interpretação das autoras, que analisaram os textos selecionados e identificaram 13 fatores relevantes, dentre os quais, são mais recorrentes os fatores I, II e III. Estes três fatores são, originalmente, ligados ao universo da tecnologia e ao mundo digital. Em segundo lugar, apontam os fatores

V, XIII ligados à situação psicossocial dos atores envolvidos no processo educacional. Apesar de menos citados, os fatores ligados ao apoio familiar (VIII, X, XI e XII) são uma especificidade muito aderente à educação infantil e aos anos iniciais do ensino.

Ademais, a pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto, haja vista a limitação temporal, bem como à literatura não se limitar aos termos contemplados nos filtros utilizados.

## Referências

- ALMEIDA, L.; DALBEN, A. (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im)possível. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 41, e239688, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302020000100601&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100601&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 abr. 2021.
- AMORIM, D. C.; COSTA, C. J. S. A. Estratégias para o ensino da Covid-19 utilizando aplicativos de histórias em quadrinhos. *REVISTA INTERSABERES*, v. 15, n. 36, p. 556-580, 10 nov. 2020.
- BAADE, J. et al. PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19. *HOLOS*, v. 5, p. 1–16, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10910>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BARRETO, J. da S. ; AMORIM, M. R. O. R. M. ; CUNHA, C. da . A Pandemia Da Covid-19 E Os Impactos Na Educação. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 792–805, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4361693. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/150>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BENITEZ-CORONA, L.; MARTÍNEZ-RODRIGUEZ, R. C.; TARTAKOWSKY PEZOA, V. La importancia del vínculo en la resiliencia familiar durante el Covid-19. *DEDiCA Revista de Educação e Humanidades (dreh)*, n. 18, p. 173-191, 31 maio 2021. Disponível em : <http://revistaseug.ugr.es/index.php/dedica/article/view/18015>. Acesso em: 13 out. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº: 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecercp-2020>. Acesso em: 18 out. 2021.
- CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Distance Education in the COVID crisis - 19: an experience report. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 6, p. e180963699, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i6.3699. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3699>. Acesso em: 13 out. 2021.
- CID, M. F. B.; FERNANDES, A. D. S. A.; MORATO, G. G.; MINATEL, M. M. Atención psicossocial y la pandemia de COVID-19: reflexiones sobre la atención a niños y adolescentes que viven en contextos socialmente vulnerables. *Multidisciplinary Journal of Educational Research*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 178–201, 2020. DOI: 10.17583/remie.2020.5887. Disponível em: <https://hipatiapress.com/hpjournals/index.php/remie/article/view/5887>. Acesso em: 13 out. 2021.



FIORI, R.; GOI, M. E. J. O ensino de Química na plataforma digital em tempos de Coronavírus. Revista Thema.

v.11, especial, p.218-242, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1807/1570>. Acesso em: 14 out. 2021.

GAZCA HERRERA, L. A. Implicaciones del coronavirus covid-19 en los procesos de enseñanza en la educación superior. RIDE. Rev. Iberoam. Investig. Desarro. Educ, Guadalajara , v. 11, n. 21, e037, dic. 2020 . Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2007-74672020000200137&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-74672020000200137&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 13 out. 2021

JOYE, C.R; MOREIRA, M.M; ROCHA, S.S.D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. Research, Society and Development, 9(7): 1-29, e521974299, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4299>. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/341828716\\_Educacao\\_a\\_Distancia\\_ou\\_Atividade\\_Educacional\\_Remota\\_Emergencial\\_em\\_busca\\_do\\_elo\\_perdido\\_da\\_educacao\\_escolar\\_em\\_tempos\\_de\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/341828716_Educacao_a_Distancia_ou_Atividade_Educacional_Remota_Emergencial_em_busca_do_elo_perdido_da_educacao_escolar_em_tempos_de_COVID-19).

Acesso em: 14 out. 2021.

LARA, R. C. "Ubiquidade e crise pandêmica: o que há de novo no trabalho em educação?" Em Tese 17 (2020): 2443. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p24/44231>. Acesso em: 15 out. 2021.

MARQUES, R. A resignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia da covid-19. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 3, n.8,p. 1-8, 2020. Disponível em: <http://revista.ufr.br/boca>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MEDEIROS, A. Y. B. B. V. DE; PEREIRA, E. R. .; SILVA, R. M. C. R. A. . Desafios das Famílias na Adaptação da Educação Infantil a Distância Durante a Pandemia de Covid-19: Relato de Experiência. EaD em Foco, v. 10, n. 3, 29 set. 2020. Disponível em:

<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1051>. Acesso em: 14 out. 2021.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. Revista Thema, [S. l.], v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.136-155.1837. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837>. Acesso em: 14 out. 2021.

MORAES, E. C. "Reflexões Acerca Das Soft Skills E Suas Interfaces Com a BNCC No Contexto Do Ensino Remoto." Research, Society and Development 9, no. 10 (2020). Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/9412/8400/130346> Acesso em: 15 out. 2021.

NONATO, E. do R. S.; SALES, M. V. S.; CAVALCANTE, T. R. Cultura digital e recursos pedagógicos digitais: um panorama da docência na Covid-19. Práxis Educacional, [S. l.], v. 17, n. 45, p. 1-25, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i45.8309. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8309>. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, J. B. A.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, Sept. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGvLvmGSXhBTL5F6zfw/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2021.

PÁDUA, C.A.L.d.O; FRANÇA-CARVALHO, A.D. Ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico em tempo de pandemia: um relato de experiência. Holos, [S.l.], v. 5, p. 1-12, out. 2020. ISSN 1807-1600. DOI:<https://doi.org/10.15628/holos.2020.11393>. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11393>>. Acesso em: 14 out. 2021.



PALMA GARCÍA M. DE LAS O.; HURTUBIA TOROV.; ACUÑA FAÚNDEZM.; GIL HERNÁNDEZG. E. Resiliencia familiar en situaciones de confinamiento generadas por el Covid-19. DEDICA Revista de Educação e Humanidades (dreh), n. 18, p. 91-108, 31 maio 2021. Disponível em: <http://revistaseug.ugr.es/index.php/dedica/article/view/17828>. Acesso em: 13 out. 2021.

PALUDO, E. F. Os desafios da docência em tempos de pandemia. Em Tese, v. 17, n. 2, p. 44–53, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p44>. Acesso em: 14 out. 2021.

PEREIRA, C.D. Efeitos dos Comunicados Governamentais sobre a Educação em tempos de pandemia por COVID19 nos alunos de 3º anos do ensino médio de escolas públicas e privadas de Juiz de Fora. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54783. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/54783>. Acesso em: 13 out. 2021.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. Revista Thema, [S. l.], v. 18, n. ESPECIAL, p. 278-300, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.278-300.1923. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 14 out. 2021.

REDON, V. L. Alfabetização pós-construtivista em tempo de pandemia. Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 54–74, 2020. DOI: 10.9771/cgd.v6i2.37125. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/37125>. Acesso em: 14 out. 2021.

SAMPAIO, R. M. Práticas de ensino e letramento em tempos de pandemia da COVID-19. Research, Society and Development. 9(7), Maio 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/341828320\\_Praticas\\_de\\_ensino\\_e\\_letramentos\\_em\\_tempos\\_de\\_pandemia\\_da\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/341828320_Praticas_de_ensino_e_letramentos_em_tempos_de_pandemia_da_COVID-19). Acesso em: 14 out. 2021. DOI: [10.33448/rsd-v9i7.4430](https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4430)

SÁNCHEZ-CRUZ, E.; MASINIRE, A.; LÓPEZ, E. V. The impact of COVID-19 on education provision to indigenous people in Mexico. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 1, p. 151–164, 2021. Disponível em: [scielo.br/j/rap/a/w4pjpgGhTVdkBNjxCTsZZWLv/abstract/?lang=en](https://scielo.br/j/rap/a/w4pjpgGhTVdkBNjxCTsZZWLv/abstract/?lang=en). Acesso em: 13 out. 2021

SILVA, M. G. d., SOUZA, E. B. d., MEDEIROS, A. F. d.; MARTINS,, E. R. B. (2020). Ensino de arte em tempos de pandemia causada pela COVID-19: Desafios dos professores com o ensino remoto no sul do Amazonas. Research, Society and Development, 9(12), 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/11144/10024/150806>. Acesso em: 14 out. 2021.

SOUZA, E. P. de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 17, n. 30, p. p. 110-118, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i30.7127. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127>. Acesso em: 14 out. 2021.

UNESCO. UNESCO Covid-19 Education Response Education Sector Issue Notes. Paris: UNESCO 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 20 mar. 2021.

## **A RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE E DE INSTRUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**

Eduardo Augusto R. Barros <sup>1</sup>

Jonathan Furtado Pedroza <sup>2</sup>

*1 UnB, Doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional; Mestre em Política Social. E-mail: eaugustobarros@gmail.com.*

*2 UnB; Doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. E-mail: jf21pedroza@gmail.com.*

**Resumo:** De acordo com evidências atuais, há uma relação inversamente proporcional entre os índices de criminalidade e os índices de instrução da população nas cidades brasileiras (PADULA et al., 2017). O propósito deste trabalho foi analisar a relação entre esses índices no Distrito Federal. Especificamente, foram comparados os índices entre as regiões do Plano Piloto, área nobre do DF, e do Sol Nascente/Pôr do Sol, periferia do DF, a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2013 (PDAD 2013). Os resultados apresentados revelaram que no Plano Piloto os níveis de instrução da população são altos e os índices de criminalidade são baixos. Já na região do Sol Nascente/Pôr do Sol, os níveis de instrução da população são baixos e os índices de criminalidade são altos. Isso corrobora com as evidências de que há uma relação inversamente proporcional entre os índices de criminalidade e os índices de instrução da população. Esses resultados também demonstram a necessidade de políticas públicas educacionais pensadas para regiões periféricas, as quais possuem graves e complexos problemas socioeconômicos. Uma política pública, embora seja uma política de longo prazo, traz impactos também no curto prazo (SOUZA, 2006). Dessa forma, deve-se elevar os índices de instrução dessas regiões com altos índices de criminalidade para que a população ganhe qualidade de vida, melhores empregos e maiores salários e tranquilidade em relação à criminalidade local e de todo o Distrito Federal.

**Palavras-chave:** Criminalidade; Instrução; Políticas públicas.

### **Introdução**

A análise georreferenciada de crimes por meio de evidências ex-post-facto traz benefícios para a sociedade e para a política de segurança pública. Por meio do georreferenciamento, as autoridades públicas conseguem ter uma maior previsibilidade de onde vem ocorrendo mais crimes e, a partir daí, entender as motivações de existirem mais crimes ou zonas de periculosidade em específicos espaços territoriais do que em outros (PADULA et al., 2017).

Os dados ex-post-facto, obtidos a partir do levantamento do registro de ocorrências policiais no território socioespacial, podem trazer um maior planejamento da política de segurança pública relativo a um maior patrulhamento nas regiões com maior índice de criminalidade e uma melhor divisão dos recursos (PADULA et al., 2017). Os dados ex-postfacto ainda podem produzir medidas preventivas à ocorrência do crime, por meio de medidas ex-ante-facto, relacionadas ao desenvolvimento individual e comunitário local (PADULA et al., 2017).

As intervenções ex-ante-facto, de acordo com Padula et al. (2017), devem ser pautadas na compreensão de um conjunto de variáveis explicativas levantadas para entender por que determinadas localidades são mais perigosas do que outras, e, assim, evitar que o crime aconteça nessas regiões de maior criminalidade. Para Padula et al. (2017), as intervenções exante-facto devem superar, e até substituir, as intervenções ex-post-facto, por meio do enfrentamento das causas que facilitam a ocorrência de crimes.

Segundo Padula et al. (2017), os principais estudos nessa área associam a relação do crime com as desigualdades econômicas. Destaque-se, entretanto, que existem outras variáveis que se interligam ao plano econômico de forma interdependente: os níveis de educação, cultura e renda e as características pessoais.

Para este trabalho, tomar-se-á o estudo do crime por meio da variável educação. De acordo com Padula et al. (2017), pesquisas que adotam a relação entre instrução e crime demonstram que, quanto mais o nível de escolaridade de uma pessoa ou comunidade aumenta, menor é a probabilidade dessa pessoa ou dessa comunidade cometer atos criminosos ou ter altos índices de crimes.

No Distrito Federal, há localidades com alto índice de criminalidade, em que os níveis de educação são baixos. É o caso, por exemplo, da região do Sol Nascente/Pôr do Sol, uma região considerada como a grande favela do DF e do Brasil, com graves e complexos problemas socioeconômicos. Surge, então, a necessidade de intervenção do Estado, por meio de políticas públicas. A implementação de políticas públicas educacionais e de tantas outras necessárias para a população dessa localidade pode significar a redução da criminalidade local. Isso porque, como já observado por Padula et al. (2017), há estreita relação entre níveis baixos de educação com altos índices de criminalidade.

A política pública, embora seja uma política de longo prazo, traz impactos também no curto prazo (SOUZA, 2006). Em sociedades cada vez mais complexas, com novos problemas surgindo a todo momento, a solução para um determinado problema o mais rápido possível pode evitar o surgimento ou o agravamento de outros problemas no futuro. Os gastos com a implementação de políticas públicas educacionais hoje, por exemplo, com certeza são menores do que serão com eventuais gastos futuros ligados ao aumento da criminalidade: contratação de mais policiais, compra de viaturas, construção de delegacias e presídios, aumento das despesas judiciais, entre tantos outros.

O principal foco analítico da política pública, portanto, está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública. Com isso, para o tema abordado neste trabalho, é preciso responder as seguintes perguntas formuladas por Laswell (1936/1958) sobre a formulação e implementação de uma política pública: Quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz?.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar a educação como variável ex-ante-facto na região metropolitana do Distrito Federal como fator determinante para maior ou menor incidência de crimes. Especificamente, serão comparados os índices entre as regiões do Plano Piloto, área nobre do DF, e do Sol Nascente/Pôr do Sol, periferia do DF, a fim de que sejam pensadas políticas públicas para reduzir os altos índices de criminalidade nas regiões periféricas do Distrito Federal.

## **Metodologia**

A metodologia deste trabalho consistiu inicialmente em pesquisa bibliográfica. O material foi constituído principalmente por livros e artigos científicos sobre criminalidade, níveis de instrução e políticas públicas.

Para os dados quantitativos, foram utilizados os Resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal 2013 (PDAD 2013), divulgados pela CODEPLAN. Destaque-se que – apesar de já terem sido realizadas as PDADs de 2015 e de 2018 – até

a data de realização deste trabalho os resultados dessas pesquisas ainda não tinham sido divulgados pela CODEPLAN ou estavam em reformulação.

Ainda sobre os dados quantitativos, foram analisados os microdados da PDAD 2013, por meio do software estatístico SPSS. Além disso, foram analisados detidamente os gráficos e as tabelas dos Resultados da PDAD 2013 sobre criminalidade e níveis de instrução no Plano Piloto, região com alto nível de instrução, e no Sol Nascente/Pôr do Sol, região com baixo nível de instrução.

### **Resultados e discussões**

A PDAD 2013 revelou que os índices de instrução da população da região do Plano Piloto são altos quando comparados com os da população da região do Sol Nascente/Pôr do

Sol. O Plano Piloto é uma região do Distrito Federal em que os habitantes têm alto e médio poder aquisitivo, enquanto o Sol Nascente/Pôr do Sol é uma região considerada como a grande favela do DF e do Brasil, com graves e complexos problemas socioeconômicos.

No Plano Piloto, 9,49% dos habitantes possuíam nível fundamental incompleto; 13,29% tinham nível médio completo; 42,2% de indivíduos apresentavam nível superior completo; 3,5% tinham mestrado; e 1,2% tinham doutorado. Nota-se, portanto, que, no Plano Piloto, a porcentagem de indivíduos que tinham nível superior era mais que o triplo dos indivíduos que tinham nível médio completo e o quádruplo de pessoas que possuíam nível fundamental incompleto. Esses índices parecem explicar o porquê de nessa região os indivíduos terem empregos com altos salários, quando comparados com regiões metropolitanas periféricas do Distrito Federal.

Na região do Sol Nascente/Pôr do Sol, por outro lado, 44,77% dos habitantes tinham nível fundamental incompleto; 18,94% tinham nível médio completo; 1,58% de indivíduos apresentavam nível superior completo; 0% tinha mestrado; e 0% tinha doutorado. Observa-se, com isso, que nessa região a porcentagem de indivíduos que tinham nível fundamental incompleto era quase igual à porcentagem de pessoas que tinham o nível superior na região do Plano Piloto. O número de pessoas que tinham nível superior na região Sol Nascente/Pôr do Sol era bem reduzido, e os que tinham mestrado e doutorado era nulo.

Esses dados parecem demonstrar o porquê de nessa região os indivíduos terem baixos níveis de renda.

Sobre os índices de criminalidade na região do Plano Piloto, a PDAD 2013 revelou que, dos 221.223 entrevistados, apenas 3,1% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência em 2013. De acordo com a PDAD 2013, no Plano Piloto os crimes de roubo e de furto foram os que tiveram maiores níveis de incidência, seguidos, nesta ordem, por sequestro relâmpago, residência roubada, abuso sexual e agressão física.

Já em relação aos índices de criminalidade na região do Sol Nascente/Pôr do Sol, a PDAD 2013 revelou que, dos 78.912 entrevistados, 11,52% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência em 2013. De acordo com a PDAD 2013, nessa região os crimes de roubo e de furto foram os que tiveram maiores incidências, seguidos, nesta ordem, por residência roubada, tentativa de homicídio, agressão física, abuso sexual e sequestro relâmpago.

Com base nesses dados da PDAD 2013, pode-se verificar que o número de indivíduos que sofreram violência na região do Sol Nascente/Pôr do Sol era quase o quádruplo dos indivíduos que sofreram violência no Plano Piloto. Essa observação fica ainda mais em evidência ao levar em consideração que o número de entrevistados na região do Plano Piloto foi de 221.223, contra 78.912 da região do Sol Nascente/Pôr do Sol.

### **Considerações Finais**

Os dados da PDAD 2013 revelaram que, de fato, a região do Sol Nascente/Pôr do Sol, em que os habitantes tinham baixos índices de instrução, possuía maiores índices de criminalidade, quando comparados com os da região do Plano Piloto, em que os habitantes possuíam elevados índices de instrução. Dessa forma, as observações de Padula et al. (2017) sobre a relação inversamente proporcional entre níveis de instrução e de criminalidade foram confirmadas também no caso do Distrito Federal.

Esse cenário evidencia a necessidade de que sejam elaboradas políticas públicas não apenas de segurança, mas especificamente políticas públicas educacionais, a fim de se reduzirem os altos índices de criminalidade de regiões periféricas do Distrito Federal. Trata-se de intervenções ex-ante-facto, em que políticas públicas educacionais podem



fornecer novos horizontes de articulação para o combate ao crime sem a necessidade de se consumir o crime de fato.

A resolução de problemas socioeconômicos nas regiões periféricas do DF, principalmente os problemas de instrução, faz com que os habitantes dessas localidades periféricas ganhem qualidade de vida, melhores empregos e maiores salários e tranquilidade em relação à criminalidade local e de todo o Distrito Federal. Essas medidas parecem responder, portanto, as três perguntas formuladas por Laswell (1936/1958): Quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz?.

## Referências

BRASÍLIA. Codeplan. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios: Brasília/Plano Piloto. Brasília, 2013. 70 p. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/PDAD-Bras%C3%ADlia-Plano-Piloto.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASÍLIA. Codeplan. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios: setores habitacionais Pôr do Sol e Sol Nascente. Brasília, 2013. 70 p. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/PDAD-P%C3%B4r-do-Sol-Sol-Nascente.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

LASWELL, H. D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

PADULA, Ana Júlia A. et al. Segurança pública e inteligência artificial: um estudo georreferenciado para o Distrito Federal. 2017. Texto para discussão nº 33 elaborado pela Codeplan. Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD\\_33\\_Seguran%C3%A7a-p%C3%ABlica-e-intelig%C3%Aancia-artificial\\_2017.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_33_Seguran%C3%A7a-p%C3%ABlica-e-intelig%C3%Aancia-artificial_2017.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

## **NOVEMBRO AZUL: SOMOS MAIS DO QUE PRÓSTATAS**

Júlio Cezar Costa Ramos <sup>1</sup>

Ricardo Ajax Dias Kosloski <sup>2</sup>

*1 Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: juliooccr@gmail.com*

*2 Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: rikosdf@gmail.com*

**Resumo:** O presente estudo nasce a partir de uma necessidade de demonstrar que a saúde do homem vai muito além dos cuidados com a próstata e a cultura da masculinidade hegemônica na classe profissional dos transportadores rodoviários de cargas (caminhoneiros) brasileiros acarreta péssimas consequências para a saúde, qualidade de vida, e economia, doméstica e para as relações sociais. O objetivo principal do trabalho é conscientizar a população pertencente à classe profissional dos caminhoneiros sobre a necessidade da proteção à saúde, face à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Complementarmente, pretende-se propor formas de levar as informações referentes à essa política pública a esse público-alvo, enfatizando os seus benefícios. Para a elaboração do artigo, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas sobre a classe dos caminhoneiros no Brasil, a PNAISH e os estudo de gênero, sempre buscando a melhor forma de levar o conhecimento à classe trabalhadora. Como resultados, são apresentadas as reflexões e análises sobre a masculinidade hegemônica presente na classe dos caminhoneiros, a necessidade de uma tratativa especial dos trabalhadores com base na PNAISH e a proposição de ações capazes de conscientizar e instruir os caminhoneiros. É importante destacar que não é premissa do trabalho desconsiderar as mulheres pertencentes à classe, mas, ajudar a desmistificar relações historicamente construídas e atuar no intuito de quebrar paradigmas e identificar maneiras de combater os efeitos nocivos dessas construções.

**Palavras-chave:** Saúde do Homem; PNAISH; Caminhoneiros.

### **Introdução**

O perfil dos transportadores rodoviários de cargas (caminhoneiros) brasileiros foi traçado a partir da pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, indicando que existem mais de 2 milhões de profissionais atuando no país, com boa parte desse público sendo frequentemente diagnosticados com problemas de saúde, tanto no aspecto físico quanto psicológico (CNT, 2019a). A pesquisa apresenta dados alarmantes sobre a saúde e qualidade de vida dos profissionais, cujas demandas podem/devem ser tratadas em conjunto com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens - PNAISH (BRASIL, 2008).



A PNAISH foi criada no intuito de “qualificar a saúde da população masculina na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção”, tendo como principais objetivos: “promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos” e “possibilitar o aumento da expectativa de vida e a redução dos índices de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis nessa população” (BRASIL, 2008).

Os estudiosos que formularam a política pública basearam-se em resultados de estudos que comprovaram que os homens são mais vulneráveis a doenças crônicas, graves e que morrem mais precocemente do que as mulheres por doenças que poderiam ser diagnosticadas precocemente e tratadas. Entre as principais causas da baixa adesão dos homens à PNAISH são apontadas as barreiras socioculturais e institucionais (BRASIL, 2008).

Não foi à toa que foi escolhido como público-alvo do estudo a classe profissional dos caminhoneiros, constituída por 99,5% de homens (CNT, 2019a), com o presente estudo intimamente relacionado a um dos desafios propostos pela PNAISH:

“Mobilizar a população masculina brasileira pela luta e garantia de seu direito social à saúde a fim de tornar os homens protagonistas de suas demandas, consolidando seus direitos de cidadania” (BRASIL, 2008).

Outra questão a ser tratada nesta pesquisa, é o fato de classe dos caminhoneiros ser alicerçada em uma cultura de masculinidade hegemônica, onde a prevalência de homens é motivada por uma falsa afirmação de que para ser caminhoneiro, tem que ser homem, pois a profissão exige coragem, força física, desapego à família, não precisa se ausentar para ir ao médico ou por conta de gravidez e licença maternidade.

Tais problemas, muitas vezes invisíveis à uma grande parcela da população, são fatores que preconizam doenças cardiovasculares, posturais, psicológicas, entre outras, acarretando a perda considerável na qualidade de vida, aposentadoria precoce, invalidez temporária ou permanente e até mesmo a morte desses profissionais. Prejuízos que vão além da questão da saúde, interferindo na economia e no desenvolvimento nacional.

Com base no exposto, a questão norteadora do estudo recai sobre: *como conscientizar os trabalhadores do transporte rodoviário de cargas (caminhoneiros) brasileiros sobre a importância da proteção à saúde física e mental, levando-se em consideração os estudos das masculinidades e a Política Nacional de Atenção Básica à Saúde dos Homens (PNAISH)?*

O presente estudo se divide em 3 (três) grandes partes, além da Introdução. Na segunda, é exibida a Metodologia utilizada na pesquisa. Na terceira, são apresentados alguns dos resultados e discussões da pesquisa (ainda em andamento). Por fim, temos as Considerações Finais e Referências.

## **Metodologia**

A construção do resumo foi realizada em quatro etapas: 1º) uma pesquisa bibliográfica sobre a Política Nacional de Atenção Básica à Saúde dos Homens (PNAISH), a fim de analisar os seus principais aspectos, diretrizes e públicos-alvo; 2º) uma análise sobre a pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2019), que apontou o perfil dos caminhoneiros brasileiros, contextualizando-a com a PNAISH; 3º) a construção de um referencial teórico usando princípios de revisão de literatura sobre a cultura da masculinidade hegemônica prevalente na classe dos caminhoneiros e os seus impactos na saúde e qualidade de vida desses profissionais; e, 4) pesquisas documentais sobre os temas explorados.

## **Resultados e discussões**

### **Uma profissão forjada sob o estigma de uma masculinidade hegemônica**

A profissão dos transportadores rodoviários de cargas (caminhoneiros) é cercada por uma série de representações sociais e paradigmas construídos em uma lógica de uma sociedade patriarcal e machista, mundialmente falando, agravada por problemas econômicos, sociais e de infraestrutura, quando contextualizada em cenário nacional do Brasil. Como consequência desses e outros problemas, criou-se o estigma que a profissão de caminhoneiro é para homens. Infere-se que o motivo da prevalência de

homens na profissão está relacionado à construção social, amparada nas discussões de gênero, conceituada como masculinidade hegemônica.

Para os autores dos trabalhos estudados para a elaboração desse estudo, existe uma resistência dos caminhoneiros para acessar os serviços de saúde pelo fato de eles não considerarem esse tipo de cuidado como uma prática masculina, destacando a preocupação com a necessidade da atividade laboral.

A figura do caminhoneiro destemido também pode explicar a vulnerabilidade da classe evidenciada por exposições constantes ao uso de drogas, clientela de prostituição nas estradas, prática de crimes como o tráfico de drogas, adulteração veicular e contrabandos. Tais exposições se assemelham às práticas realizadas, em sua grande maioria, nas localidades onde o Estado não se faz presente.

A falta de cuidados com a aparência, outra percepção da masculinidade hegemônica, não se confundindo com transtornos de personalidade narcisista de alto-exaltação (GLEN, 2016, ps. 444 – 473), também é uma característica que pode influenciar a falta de cuidados com a saúde física e mental desses profissionais. Construções de que o caminhoneiro tem que ser feio, gordo, barbudo, ter as unhas grandes e cabelos mal cortados, podem influenciar na perda autoestima, falta de zelo por uma alimentação saudável, descuido com a massa corporal, saúde bucal e falta de higiene.

Os reflexos estarrecedores dessa cultura de masculinidade hegemônica na profissão dos caminhoneiros podem ser vislumbrados, entre outros, através de pesquisas que apontam que os trabalhadores dessa classe estão entre os que mais apresentam problemas graves de saúde (BRASIL, 2008; CNT, 2019a), os que mais morrem em acidentes de trânsito (CNT, 2019b) e que a grande maioria das mortes ocorridas durante os acidentes de trânsito são provocadas por outros caminhoneiros (SOS ESTRADAS, 2017, on-line).

### **Como levar a PNAISH ao caminhoneiro e vice-versa**

Medrado, Lira e Azevedo (2011), ao tratar de estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades, enfatizam a necessidade de se abrir canais (espaços transgressores) a fim de introduzir uma nova cultura sobre as construções historicamente construídas,

explorando uma interpretação mais criativa sobre os estudos feministas e os dados epidemiológicos que envolvem a saúde, morbidade e mortalidade dos homens, destacando que:

“É preciso romper com modelos que, geralmente, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas assim são, mas, que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas, etc. que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva” (MEDRADO; LIRA; AZEVEDO, 2011, p. 48).

Considerando o alto grau de dificuldade de mudança na cultura da sociedade, em especial, de grupos formados a partir de construções sociais perpassadas de geração em geração. Bem como, não se pode desconsiderar as especificidades já citadas sobre a classe dos caminhoneiros: o baixo grau de instrução, os constantes deslocamentos, a dificuldade de acompanhamento de notícias veiculadas na mídia e o desgaste do dia-a-dia na profissão; se faz necessário investigar e aprofundar nas as formas de comunicação mais acessadas por esses profissionais, bem como, as mais aceitas no quesito de confiança e respeito.

Cada vez mais, é visualizada a necessidade de amparo à essa classe trabalhadora e a elaboração de programas e ações voltadas para ela. Nesse sentido, a academia pode ser fundamental nessa conscientização dos trabalhadores e da sociedade de um modo geral, podendo promover estudos e eventos voltados para esse público-alvo.

A extensão universitária também deve ser estimulada e voltada para as demandas da comunidade. O projeto de extensão VIVA BEM CAMINHONEIRO, da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário Araguaia (UFMT/CUA), criado em 2009, presta atendimento de saúde física e mental aos caminhoneiros.

### **Considerações Finais**

Buscou-se com a pesquisa, demonstrar a necessidade de incluir a categoria na Política Nacional de Atenção Básica à Saúde, com base no perfil desses trabalhadores, para daí, desenvolver estudos futuros e ações capazes de amenizar tais dificuldades e provocar reflexões sobre os prejuízos advindo dessas relações.

Como limitações do estudo, podem ser consideradas a baixa quantidade de pesquisas existentes sobre os caminhoneiros brasileiros e a falta de informações detalhadas sobre a evolução da categoria, tais como: alterações no quantitativo de profissionais, mudanças de hábitos e informações sobre o perfil anteriores a pesquisa da CNT.

Considera-se que a problemática exposta vai muito além da questão da saúde dos trabalhadores. A melhoria da atenção básica à saúde desses profissionais, amparo psicológico e a quebra de paradigmas relacionados ao às construções sociais de gênero poderão resultar na elevação da autoestima, da qualidade de vida, uma melhor qualidade nos serviços prestados, a diminuição dos custos estatais com saúde, das empresas com os afastamentos e a diminuição do Custo Brasil.

Por fim, acredita-se que o estudo tem grande potencial de continuidade, tanto no que se refere às políticas públicas voltadas para os caminhoneiros, quanto para outras classes trabalhadoras, contribuindo para a melhoria da atenção básica à saúde da população de uma maneira geral através de formas lúdicas de levar os conhecimentos para os públicos-alvo.

## Referências

BRASIL, 2008. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

\_\_\_\_\_. Lei n 13.103, de 18 de junho de 2015. Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista: altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei no 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei no 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13103.htm).

BRASIL CAMINHONEIRO. Lei que regulamenta profissão de motorista de caminhão é publicada no Diário Oficial da União. Maio de 2012. Disponível em: <http://www.brasilcaminhoneiro.com.br/V4/noticias/lei-que-regulamenta-profissao-de-motorista-epublicada-no-diario-oficial-da-uniao/>.



I SEMINÁRIO DE TRABALHOS  
CIENTÍFICOS DO PPGDSCI

CEAM | UNB

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES (CNT), 2019a. Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019. – Brasília: CNT, 2019. Disponível em: [Pesquisa CNT Perfil dos Caminhoneiros](#). Acessado em 20 nov. 2020.

\_\_\_\_\_, 2019b. Acidentes rodoviários: estatísticas envolvendo caminhões. – Brasília: CNT, 2019.

GLEN, O. Gabbard. Psiquiatria Psicodinâmica na Prática Clínica. Porto Alegre: Artmed, 2016. ps. 444 - 473. ISBN 978-85-363-0939-2. Disponível em: <https://oitavaturmadepsicofm.files.wordpress.com/2018/05/gabbard-psiQUIATRIA-psicodinamica-5ed-1>. Acessado em: 20 dez. 2020.

MEDRADO, Benedito. LYRA, Jorge. AZEVEDO, Mariana. Eu não sou Próstata, Eu Sou um Homem! Por uma política pública de saúde transformadora da ordem 3 de Gênero. In GOMES, Romeu. Saúde do Homem em Debate, 2011. 39-74.

SOS ESTRADAS, 2017. Pesquisa revela que quem mata caminhoneiro é caminhoneiro. On-line. Disponível em: <https://estradas.com.br/pesquisa-revela-que-quem-mata-caminhoneiro-e-caminhoneiro/>. Acessado em: 14 dez. 2020.

## DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO TERCEIRIZADO

Ana Carla Vaz Porto <sup>1</sup>

Mariana Diener dos Anjos <sup>2</sup>

*1 Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Direito Público e em Direito e Processo do Trabalho, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: acvazporto@gmail.com.*

*2 Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: diener.mariana@gmail.com.*

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo geral desvelar as disparidades de gênero quanto aos efeitos da terceirização de serviços no Brasil. Os objetivos específicos são: delinear o conceito da terceirização de serviços; traçar um panorama de como tal prática impacta os trabalhadores brasileiros de maneira geral; demonstrar quais os impactos específicos de tal medida sobre as mulheres trabalhadoras e analisar se contribui para aprofundar as disparidades de gênero do mercado de trabalho nacional. A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico acerca da terceirização de serviços, sua implantação no Brasil, sua interlocução com os direitos trabalhistas e seus impactos sobre o público das mulheres trabalhadoras. Também foram analisados dados coletados pela CUT, pelo Dieese, pelo IBGE, pela Fundação COGE e pelo IPEA acerca da terceirização de serviços no Brasil. Como resultados da pesquisa, apontam-se as seguintes constatações: a terceirização de serviços tem como efeitos gerais a redução de salários, o alongamento de jornadas, o enfraquecimento das negociações coletivas e o aumento do índice de acidentes e mortes de trabalhadores; dentre os mais afetados, figuram as mulheres trabalhadoras, que ocupam as posições mais vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro; a terceirização de serviços tem aprofundado as disparidades de gênero do mercado de trabalho nacional e as dicotomias referentes à raça, pois às mulheres negras são destinadas as piores posições nas prestadoras de serviço; trata-se de um mecanismo que tem ampliado a margem de lucro do setor produtivo às custas da intensificação da divisão sexual e racial do trabalho no Brasil.

**Palavras-chave:** Terceirização; Gênero; Desigualdades; Seminário; Trabalho Científico.

### Introdução

O mercado de trabalho brasileiro é um dos espaços onde, infelizmente, ainda se vislumbram com clareza as disparidades de gênero no Brasil. Basta considerar, por exemplo, que a média remuneratória das mulheres é, em média, 23% inferior à dos homens



(IBGE, 2021), apesar de elas terem maior nível de instrução e mais anos de estudo que eles (IBGE, 2019).

Ante tal cenário, o presente artigo visa investigar como a terceirização de serviços tem aprofundado as diferenças de gênero no país e tratar acerca dos reflexos de tal prática sobre as

mulheres trabalhadoras. Busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa “quais são as disparidades de gênero quanto aos efeitos da terceirização de serviços no Brasil?”. Para que se compreenda melhor o tema central, serão antes abordados o conceito da terceirização e seus impactos sobre os trabalhadores brasileiros de maneira geral.

Ao colocar tal tema em foco, o presente artigo pretende fomentar o debate sobre a divisão sexual do trabalho no país e a necessidade de que sejam adotadas políticas públicas para a superação das profundas disparidades de gênero existentes em nosso país no âmbito laboral.

O objetivo geral desta pesquisa é desvelar as disparidades de gênero quanto aos efeitos da terceirização de serviços no Brasil. Os objetivos específicos são: delinear o conceito da terceirização de serviços; traçar um panorama de como tal prática impacta os trabalhadores brasileiros de maneira geral; demonstrar quais os impactos específicos de tal medida sobre as mulheres trabalhadoras e analisar se contribui para aprofundar as disparidades de gênero do mercado de trabalho nacional.

Até o momento da confecção do presente artigo, não há grande quantidade de publicações científicas cujo tema central são os impactos da terceirização de serviços no Brasil sobre as mulheres trabalhadoras e sobre a desigualdade de gênero.

Destacam-se as seguintes publicações a título de revisão de literatura: “Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho” (CHAVES, 2014), “O impacto da lei 13.429/2017 – ‘lei da terceirização’ – sobre as mulheres e a perpetuação da desigualdade de gênero no mundo do trabalho” (NIELSON; FAGUNDES, 2018) e “A ‘maquiagem’ do trabalho formal: um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor da limpeza na Universidade Federal da Bahia” (SOUZA, 2010).



## **Metodologia**

Esta pesquisa, de caráter quali-quantitativo, foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico acerca da terceirização de serviços, sua implantação no Brasil, sua interlocução com os direitos trabalhistas e seus impactos sobre o público das mulheres trabalhadoras. Também foram analisados dados coletados pela CUT, pelo Dieese, pelo IBGE, pela Fundação COGE e pelo IPEA acerca da terceirização de serviços no Brasil.

## **Resultados e discussões**

A expressão “terceirização” resulta de neologismo da palavra terceiro, compreendido como intermediário, interveniente. Trata-se de construção da área de administração de empresas visando enfatizar a descentralização empresarial de atividades para outrem (DELGADO, 2012). Tal prática foi disseminada no Brasil com a implantação do neoliberalismo, sobretudo a partir dos anos 90, como estratégia para ampliação dos lucros empresariais às custas da exploração do trabalhador e precarização de suas condições de trabalho. Em 2018, um quarto dos vínculos de trabalho formal do país eram terceirizados (RODRIGUES; SANTOS; SILVA, 2020).

É notório que há grandes distinções entre os empregados contratados diretamente por uma empresa e os terceirizados que ali laboram. Estes, apesar de muitas vezes desempenharem funções idênticas às realizadas por aqueles, possuem salários muito inferiores (CAMARGOS et al., 2018), jornadas normalmente superiores (CAMARGOS et al., 2018) e são constantemente assolados pelo sentimento de instabilidade e insegurança (CAMARGOS et al., 2018). Além disso, suas negociações coletivas são enfraquecidas (COSTA et al., 2018) e os índices de morte (FUNDAÇÃO, 2010) e acidente (CAMARGOS et al., 2018) são superiores entre os trabalhadores terceirizados.

No que diz respeito ao gênero dos trabalhadores terceirizados no Brasil, estudo realizado por Rodrigues et al. (2020) aponta que, em 2006, 63% eram homens e 37% mulheres. Já em 2018, a participação masculina passou a ser de 58,7% e a feminina de 41,3%. Logo, denota-se aumento da participação das mulheres em tal segmento do mercado de trabalho e, para Rodrigues et al. (2020), isso decorre da maior demanda do

mercado por atividades de limpeza e conservação, nas quais é possível verificar a massiva presença feminina.

Segundo Melo (1998) e Wajnman (2006), o incremento do público feminino no contingente de terceirizados se deve à cultura sexista segundo a qual cabem às mulheres posições subalternas e de menor prestígio social que priorizam qualidades “tipicamente femininas” que são replicadas nas atividades domésticas e no seio da família patriarcal. Trata-se do discurso histórico e socialmente arquitetado em torno da fragilidade física, da habilidade e delicadeza das mãos, da paciência, responsabilidade e compatibilidade com as tarefas do lar (BERTOLIN; FREITAS, 2017). Como corolário, são gerados postos de trabalho essencialmente femininos, significativamente mais precários, mal remunerados e discriminatórios. (RODRIGUES et al., 2020)

Nas atividades de limpeza e conservação, por exemplo, nas quais há um predomínio nítido do público feminino (COSTA et al., 2018), são diversas as mulheres que trabalham durante longos períodos sem que os empregados da tomadora de serviços saibam seus nomes ou ao menos as cumprimentem (SEVERO, [2000-?]). Tais trabalhadoras compõem uma espécie de subclasse no local de trabalho, pois não são reconhecidas como colegas pelos empregados da empresa tomadora, comem em ambiente distinto, vestem uniformes diferentes e são constantemente removidas para diferentes locais de trabalho.

Tais trabalhadoras também ficam frequentemente desprotegidas no encerramento dos contratos entre a tomadora e a prestadora de serviços, pois é bastante comum que, em tais ocasiões, elas não recebam as verbas rescisórias a que têm direito (CUT, 2014).

O impacto da terceirização sobre as mulheres também se faz sentir na jornada de trabalho. Segundo o IPEA (2017), somando-se o labor remunerado e os afazeres domésticos, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Tal situação desfavorável é agravada pela terceirização, pois os empregados de tal setor trabalham semanalmente cerca de três horas a mais que os trabalhadores com contratos típicos (CUT, 2014), o que torna a dupla jornada do público feminino ainda mais exaustiva. (NIELSON; FAGUNDES, 2018)

Vale destacar também o efeito de tal processo sobre a remuneração das mulheres. Trata-se de uma questão preocupante, pois o salário delas, que já tende a ser menor mesmo quando há contratação direta, é reduzido ainda mais em caso de terceirização.

Segundo o IBGE (2021), em 2020 o salário médio das brasileiras foi no valor de R\$ 2.191,00, enquanto o dos brasileiros foi no importe de R\$ 2.694,00. Tal disparidade é aprofundada pela terceirização de serviços, pois, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico (DIEESE) (2017), a diferença salarial entre as trabalhadoras terceirizadas e as contratadas diretamente chega a 29,5%.

Neste ponto, faz-se necessário um recorte relacionado à raça, pois não se pode ignorar o fato de que grande parte das trabalhadoras terceirizadas do Brasil são mulheres negras, principalmente no setor de limpeza. A mulher negra se encontra na base da pirâmide social, recebendo os menores salários e compondo a maioria da população pobre do país. (NIELSON; FAGUNDES, 2018)

Este cenário é corroborado por pesquisa do IBGE (2021) segundo a qual, em 2020, o rendimento médio por hora das mulheres negras foi de R\$ 10,95, enquanto o das não negras foi no importe de R\$ 18,15. Além disso, dados coletados pelo IPEA (2017) entre 1995 e 2015 demonstram que a escala de remuneração se manteve inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

### **Considerações Finais**

A terceirização de serviços foi disseminada no Brasil com a implantação do neoliberalismo, sobretudo a partir dos anos 90, como estratégia para ampliação dos lucros empresariais às custas da exploração do trabalhador e precarização de suas condições de trabalho.

São inegáveis os efeitos de tal prática sobre a redução de salários, o alongamento de jornadas, o enfraquecimento das negociações coletivas e o aumento do índice de acidentes e mortes de trabalhadores.

Dentre os mais afetados, figuram as mulheres trabalhadoras, que ocupam as posições mais vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro, reflexo de nossa sociedade ainda extremamente patriarcal.

A terceirização de serviços tem aprofundado as disparidades de gênero do mercado de trabalho nacional e as dicotomias referentes à raça, pois às mulheres negras são destinadas as piores posições nas prestadoras de serviço.

Trata-se de um mecanismo que tem ampliado a margem de lucro do setor produtivo às custas da intensificação da divisão sexual e racial do trabalho no Brasil.

## Referências

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; FREITAS, Marilu. O trabalho feminino na era globalizada: ritmo intensificado e precarização. In: ANDRADE, Denise Almeida de; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; MACHADO, Monica Sapucaia. Mulher, sociedade e vulnerabilidade. Erechim: Deviant, 2017. p. 85-97.

CAMARGOS, Regina Coeli; IBARRA, Antonio; MARCOLINO, Adriana; PELATIERI, Patrícia. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). Terceirização do trabalho no Brasil. Brasília: Ipea, 2018. p. 11-31.

CHAVES, Marjorie Nogueira. Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho. In: II Simpósio nacional sobre democracia e desigualdade, 2014, Brasília. Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília, UnB, p. 01-22, 2014. Disponível em: <<http://www.demodc.unb.br/images/Anais2014/Chaves%20%20Terceirizacao%20dos%20servicos%20de%20limpeza.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

COSTA, Luís Augusto Ribeiro da; CAMARGOS, Regina Coeli; HORIE, Leandro; MARCOLINO, Adriana; PELATIERI, Patrícia. As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas. In: CAMPOS, André Gambier (organizador). Terceirização do trabalho no Brasil. Brasília: Ipea, 2018. p. 33-48.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha – Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: CUT, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/DSBSq2>>. Acesso em 23 mar. 2021.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho – 11. Ed. São Paulo: LTr, 2012.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. DIEESE, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

DIEESE/CUT. Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha. São Paulo: DIEESE/CUT, 2011. Disponível em: [http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie\\_terceirizacao\\_cut.pdf](http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf). Acesso em 19 mar. 2021.

FUNDAÇÃO COGE – COMITÊ DE GESTÃO EMPRESARIAL. Relatório de estatísticas de acidentes no setor elétrico brasileiro: síntese do relatório. Rio de Janeiro: Fundação Coge, 2010.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – educação 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)>. Acesso em 15 dez. 2020.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526)>. Acesso em: 23/03/2021.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Texto para discussão n.º 565. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. p. 1-29. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0565.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf). Acesso em 19 mar. 2021.

NIELSON, Joice Graciele; FAGUNDES, Letícia Baptista. O impacto da lei 13.429/2017 – “lei da terceirização” – sobre as mulheres e a perpetuação da desigualdade de gênero no mundo do trabalho. In: Revista de direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE), vol. 6, n. 2, 2018.

RODRIGUES, Francisco Demetrius Monteriro; SANTOS, José Márcio dos; SILVA, Priscila de Souza. Perfil dos trabalhadores terceirizados no Brasil. In: Revista da ABET, v. 19, n. 1, janeiro a junho de 2020, p. 163-184.

SEVERO, Valdete Souto. Terceirização: o perverso discurso do mal menor. Disponível em: <<https://www.femargs.com.br/uploads/artigos/terceirizacao-o-perverso-discurso-do-malmenor/terceirizacao-o-perverso-discurso-do-mal-menor.pdf>> Acesso em: 23/03/2021.

SOUZA, Elaine Silva de. A “maquiagem” do trabalho formal: um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor da limpeza na Universidade Federal da Bahia. In: II Seminário nacional de trabalho e gênero: associativismo, profissões e políticas públicas, 2010, Goiânia. Disponível em: <<https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/ELAINE.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

WAJNMAN, Simone. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, Marta (org.). Olhares femininos, mulheres brasileiras. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. p. 77-108.

## **REFUGIADOS E A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE ACOLHIMENTO: DO PROBLEMA CONCEITUAL À PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Sabrina Padilha de Menezes <sup>1</sup>

Umberto Euzébio <sup>2</sup>

*1 Universidade de Brasília – PPGDSCI. E-mail: [sabrina.menezes@aluno.unb.br](mailto:sabrina.menezes@aluno.unb.br)*

*2 Universidade de Brasília – PPGDSCI. E-mail: [umbertoouz@gmail.com](mailto:umbertoouz@gmail.com)*

**Resumo:** O problema da atual crise dos fluxos migratórios forçados é uma questão que envolve um dos princípios basilares dos direitos humanos, isto é, o direito de "ir e vir". Com efeito, move uma grande discussão e ativismo social em defesa dessa população que, embora pareça ser um fenômeno recente, vem a se enunciar desde os primeiros tempos da humanidade até os dias atuais. À vista disso, o presente estudo busca discutir o problema dos refugiados e das políticas linguísticas de acolhimento a partir de um estudo bibliográfico, com abordagem histórica e interseccional. Nesse âmbito, percebemos que tanto o conceito de refugiado quanto os seus direitos humanos e civis contêm um forte caráter eurocêntrico colonizador, em que as questões de raça, classe e status são categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira compartilhada na exclusão social desse grupo que, embora possuía um estatuto próprio, detém seus direitos violados e suas vidas violentadas.

**Palavras-chave:** Imigrantes Refugiados; Direitos humanos; Língua de acolhimento; Racismo e exclusão social.

### **Introdução**

A chamada crise dos refugiados é uma questão que vem chamando atenção dos direitos humanos, das políticas estatais e frequentemente vem a aparecer nos noticiários televisivos, portais web e redes sociais. Porém, a maior parte das informações transmitidas não passam de falsas verdades e ideias maliciosas que engendram as chamadas fake news, e assim concebem opiniões dotadas de julgamentos depreciativos e intenções de exclusão social. Nesse cenário, os imigrantes refugiados tornam-se vítimas do racismo, xenofobia e, o pior é que, a grande parte não é acolhida em seus direitos humanos. Aqueles que conseguem o "acolhimento" de países ditos "acolhedores" encontram muitos obstáculos, dentre eles o ensino do idioma, que vem a ser tratado com práticas

pedagógicas tradicionais que priorizam o rigor gramatical e assim negligenciam a questão primordial do acolhimento em si.

Para tanto, buscamos discutir a questão dos refugiados e da política linguística de acolhimento por meio de uma abordagem histórica e interseccional, com a finalidade de desconstruir as colonialidades e reconstruir novas perspectivas e entendimentos sobre o problema. De modo que novas ideias e atitudes socioculturais venham florescer e corroborar com o pressuposto fundante do acolhimento. Estando assim em defesa de direitos humanos decoloniais que são relevantes às necessidades e aspirações dessa população que nos últimos tempos é composta, especialmente, por imigrantes do chamado Terceiro Mundo; ou melhor, dos territórios de conflitos gerados pela colonização dos impérios industriais do "ocidente".

### **Materiais e métodos**

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica que buscou analisar e discutir a questão proposta por meio de uma abordagem histórica e interseccional, a qual, segundo Collins e Bilge (2021), é um modo de pensar e compreender o problema por suas categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificada na composição do mesmo. As autoras afirmam que, apesar de geralmente serem invisíveis, as relações interseccionais de poder afetam drasticamente todas as dimensões do convívio social, nos territórios que de alguma forma foram integrados ao domínio dos impérios da modernidade/colonialidade. Para tanto, buscou-se as obras em banco de dados de periódicos acadêmicos e em aplicativos de E-book, além do Estatuto dos Refugiados.

### **Resultados e Discussões**

Iniciaremos a discussão com conceito de refugiado que, segundo a definição descrita no artigo 1º da Convenção de Genebra - Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), se refere às pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. Consideramos importante destacar que



o referido estatuto é resultado de um acordo das Nações Unidas, firmado no final da Segunda Guerra Mundial para resolver a questão pontual dos refugiados gerados pela guerra, isto é, os imigrantes refugiados europeus. A ideia que se tinha é que esse fenômeno seria localizado e passageiro, por isso a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur), responsável pela proteção dos refugiados, teve como seu primeiro mandato a duração de três anos; porém, devido à continuidade do fenômeno em âmbito planetário tornou-se uma agência permanente.

O Estatuto dos Refugiados tem como pressuposto central o direito de ir e vir, o qual fundamenta-se na teoria kantiana da “posse comum da superfície terrestre” em que se defende que a negação do direito de migrar para um local que não ameace a vida e a liberdade das pessoas é uma grande injustiça social. (MARTINS, 2021). Portanto, é também uma grave violação de direitos humanos. Embora o direito internacional dos refugiados venha a amparar legalmente o direito de ir e vir, uma abordagem histórica e interseccional aponta críticas que reivindicam discussões, especialmente em relação à brecha que o direito de asilo dos refugiados possui perante o direito de soberania dos Estados-Nação. Isso porque, por meio da soberania estatal constroem-se muros que impedem a entrada de imigrantes, sejam eles refugiados ou não, bem como aumentam o controle sobre as suas fronteiras e, assim, muitos Estados-Nação negam o direito dos refugiados de obter abrigo e proteção.

Daí então, Pereira (2019) aponta que o direito de soberania se sobressai aos direitos humanos, já que o “direito do Estado de restringir ou regular a entrada e permanência de um estrangeiro em seu território é relacionado a um exercício de soberania do país, ainda adstrito ao direito internacional clássico, avesso ao paradigma do direito de migrar como um direito humano”, mesmo que os direitos humanos legitimem o asilo como um dever dos Estados-Nação e não mais como um ato discricionário da soberania estatal. Nesse sentido, Martins (2021) afirma que o conceito de Safe Third Country, embora não possua uma definição universal, fundamenta a defesa de que os Estados-Nação são livres para expedir os imigrantes refugiados a outros países e, assim, abster-se do dever de os conceder asilo.

A outra crítica está no forte caráter eurocêntrico que o conceito e os próprios direitos internacionais dos refugiados possuem. Para Sartoretto (2018) a definição de refugiado é



limitada, à medida que se remete a um confronto de questões alusivas aos refugiados europeus da década de 1950, e que até os dias atuais não obteve reformulações pertinentes. Ainda que o Protocolo de Nova York (1967) tenha abolido a circunscrição geográfica e temporal, o conceito de refugiado continua europeizado, apenas ganhou uma esfera planetária para tratar um fenômeno multidimensional. Portanto, não abarca os sujeitos e as questões plurais dos fluxos migratórios forçados do chamado Terceiro Mundo. Com efeito, atribuem-se classificações errôneas como as de migrantes ambientais, migrantes econômicos, migrantes de crise, migrantes humanitários, entre outros termos que, além de retirar-lhes os direitos internacionais dos refugiados, negligenciam as suas realidades vividas.

Nesse universo, a atual concepção de refugiado vem a ser dotada de estereótipos que os europeus de outrora não tiveram, e até hoje não possuem. As grandes narrativas históricas oficiais não contam que as ditas Américas, especialmente a do Norte, em grande parte foram constituídas por refugiados europeus. Todavia, é importante destacar que as condições entre uns e outros são extremamente diferentes, mas ainda assim estão relacionadas. Os refugiados europeus e seus conterrâneos imperialistas que invadiram as Américas para colonizar sentiam-se no direito de usurpar, explorar e expropriar, não somente os povos autóctones, mas também a imensa população africana que foi sequestrada para alimentar as glórias e os poderes da civilização europeia que se autoproclamou como superior e desenvolvida.

Além disso, o que as narrativas dominantes invisibilizam dos seus discursos civilizatórios, sejam eles xenofóbicos ou até mesmo defensores dos direitos humanos, é o fato de que os fluxos migratórios forçados do chamado Terceiro Mundo são efeitos-resultado da colonização dos impérios europeus, e sua corja de refugiados mercenários que vem a invadir os continentes que de alguma forma alimentam seus estilos de vida ditos civilizados, mas que, por detrás dos seus discursos desenvolvimentista avista-se civilizações parasitárias. Nesse ínterim, os imigrantes europeus e seus descendentes, sejam refugiados ou não, vem a promover grandes conflitos interétnicos e políticos, bem como a fome e a miséria nos territórios que invadem e colonizam. Tudo isso, e muito mais,

vem a causar a crise dos fluxos migratórios forçados dos países do chamado Terceiro Mundo.

As atuais políticas de acolhimento asseguram que o refugiado tenha acesso a tudo o que um cidadão do país signatário possui por direito em relação à cultura, educação, saúde, entre outros. Por essa perspectiva, o Estado deve proporcionar a inclusão social do refugiado para que o mesmo conquiste sua autonomia socioeconomicamente. Porém, Carano e Souza (2020) apontam que esses imigrantes encontram inúmeras dificuldades de inclusão social, a começar pelo direito à moradia que possui um tempo determinado muito curto, sendo de apenas alguns meses. Junto disso há o baixo apoio político quanto ao ingresso nos ensinos profissionalizantes e acadêmicos; também há o problema do alto custo da autenticação dos diplomas que os refugiados conseguem trazer consigo, pois em situações de diáspora inesperada esse documento é quase deixado para trás. Somado-se ainda às fake news que fomentam o racismo, xenofobia e outras formas de exclusão social. Isso tudo faz com que muitos imigrantes refugiados passem a migrar de um país a outro, até encontrarem um território onde possam reconstruir suas vidas com um mínimo de dignidade e respeito.

Essa vergonhosa realidade não ocorre somente nos países europeus e norte-americanos. No caso do Brasil, que é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, até dezembro de 2018 ofereceu proteção a apenas 0,04% dos refugiados em nível planetário; tendo assim muito mais pedidos de refúgio pendentes do que os aceitos. Embora a legislação brasileira, especialmente após a reforma de 1997, passou a ser considerada uma das mais modernas do mundo, as pesquisas apontam que pouquíssimos refugiados acabam se integrando à sociedade brasileira. O pior é que o problema tende a se agravar, pois no atual governo as fake news e os discursos de ódio vem a crescer, e tendem a promover efeitos drásticos aos direitos humanos em geral e aos movimentos decoloniais. (Ibd.).

A colonialidade do saber é um fator propulsor dessa triste realidade que tende a crescer no Brasil e no mundo. O fato contraditório que não é apontado pelas narrativas segregadas e narcisistas, e que Carano e Souza (2020) revelam, é que os brasileiros são a nacionalidade que mais emigra no mundo em busca de melhores condições de vida. Além

disso, nas últimas décadas o país vem a ter um grande índice de emigrantes refugiados devido a perseguições políticas, especialmente sobre os ativistas dos direitos humanos, ambientais e reforma agrária. Desse modo, o Brasil detém um maior cenário de emigrantes do que imigrantes refugiados, logo, a negação de asilo é uma hipocrisia e contradição político-social.

Para Euzebio (2021) as políticas públicas são insuficientes para promover a inclusão social desses imigrantes que encontram no idioma o primeiro grande obstáculo, tanto no campo profissional quanto nas relações sociais em geral. Daí, a língua de acolhimento primeiramente vem a ser uma prática pedagógica de caráter emergencial, pois é "por meio da língua que podem conhecer seus direitos e exigi-los, realizar atividades básicas cotidianas que dependem do processo de comunicação, ingressar no sistema de trabalho, e, assim, gradualmente passar pelo processo de inserção social e cultural no Brasil". (Ibd., p.12807). Para tanto, a língua de acolhimento busca amparar as necessidades básicas de comunicação no novo cotidiano desses imigrantes, que se inicia com a chegada e se acomoda com a permanência no país signatário.

Contudo, o autor alerta que a aprendizagem do novo idioma nem sempre é bem-vinda por esses imigrantes; mas, isso não implica desprezo ou alguma ideia de soberania. A negação pelo aprendizado do novo idioma advém com os problemas psicossociais que os refugiados trazem consigo, e que não se curam facilmente. Além do mais, é importante salientar que esses imigrantes são forçados a abandonar suas terras, e o abandono das mesmas implica também abandonar toda sua história de vida. Daí então, a língua de acolhimento requer uma "ação sem imposição, uma égide de respeito àqueles que se encontram na condição de fragilidade". (Ibd., p.12808). Logo, política linguística de acolhimento defende que a sensibilidade do educador é pressuposto básico na prática pedagógica, e que o ensino venha a ocorrer por meio de oficinas, onde cada dia se tem o início, meio e fim de um tema proposto, a fim de que as ausências não sejam mais uma barreira à inclusão social dessa população que busca refúgio e acolhimento. Também, é fundamental respeitar o tempo de interesse com a aprendizagem do novo idioma, bem como, estimular o uso das línguas maternas em atividades espontâneas e até mesmo em situações nas quais esses imigrantes ensinem os colegas e o professor a falar a sua língua.

## Considerações finais

Em vista disso tudo, concluímos que os direitos dos refugiados necessitam ser reformulados acerca de abordagens interculturais e decoloniais, de modo que as populações dos chamados países do Terceiro Mundo sejam acolhidas de acordo com suas realidades e necessidades próprias. Uma vez que o eurocentrismo está presente tanto na epistemologia do conceito quanto na legislação internacional dos refugiados. Daí então, a política linguística na perspectiva do acolhimento vem a ser uma ação pedagógica decolonial que busca acolher esses imigrantes por meio do ensino do idioma e não com o conteudismo do mesmo.

No âmbito político cultural, constatamos que é preciso fomentar os movimentos decoloniais que procuram desconstruir os estereótipos e as políticas públicas eurocêntricas, em favor de perspectivas e propostas políticas interseccionais que acolham a multidimensionalidade dos fluxos migratórios forçados. Logo, se faz necessário criar programas de combate ao racismo e a xenofobia, onde o direito de asilo dessa população não seja cultivado por uma visão hierárquica que acolhe por piedade/caridade mediante a ideias de superioridade e inferioridade socialmente racializadas, mas sim, sejam compreendidos como um direito humano basilar na defesa da vida e da liberdade das pessoas em geral. Sendo assim, os direitos dos refugiados vêm a ser propagado como uma luta e conquista solidárias, de responsabilidade coletiva e, portanto, de cooperação internacional.

## Referências

CARARO, Aryane; SOUZA, Duda Porto de. Valentes. São Paulo Editora Seguinte/ Companhia das Letras, 2020. E-book do Kindle.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. E-book do Kindle.

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)– Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acessado em 05 de out. de 2021.

EUZEBIO, Umberto. Prática interdisciplinar em língua de acolhimento para refugiados de Bangladesh e Paquistão na região administrativa de Samambaia-DF. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p. 12798-12817. feb. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-073>

MARTINS, Amanda Rossini. *Direito Internacional dos Refugiados e o conceito de Safe Third Country*. Andradina: Editora Meraki Ltda, 2021. E-book do Kindle.

PEREIRA, Gustavo de Lima. *Direitos humanos e migrações forçadas: Introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. E-book do Kindle.

SARTORETTO, Laura Madrid. *Direito dos refugiados: Do eurocentrismo às abordagens de Terceiro Mundo (Série Pautas em Direito)*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018. E-book do Kindle.

## **LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O LABFLV**

Cristiana Ramalho Barros <sup>1</sup>

Leonara de Oliveira Rocha <sup>2</sup>

Priscila de Oliveira Rodrigues <sup>3</sup>

Solana Irene Loch Zandonai <sup>4</sup>

*1 Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: ramalhocrisiana@gmail.com;*

*2 Mestre em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: leonara@gmail.com;*

*3 Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: priscilarodrigues.adm@gmail.com;*

*4 Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade de Brasília, PPGDSCI. E-mail: solana.irene@gmail.com.*

**Resumo:** Os espaços de participação da sociedade são possibilidades para visibilizar a realidade de diferentes sujeitos – em especial, aqueles beneficiários da política. Em países em desenvolvimento, com contextos de desigualdades como do Brasil, alguns problemas públicos, como os problemas nutricionais, por exemplo, têm como base certa multidimensionalidade. A desnutrição é um problema público associado à economia, à insegurança alimentar, ao desperdício de alimentos, à saúde, à produção de alimentos e, por consequência, envolve também questões climáticas. Assim, pretendemos investigar o laboratório de inovação FLV enquanto um espaço de construção de políticas públicas com diversos atores, evidenciando conflitos, diferentes interesses e propiciando aos atores acessos ao conhecimento, informação e poder. Esta investigação tem características qualitativas, de natureza exploratória e descritiva. A primeira parte do estudo foi realizada com base na pesquisa teórica e documental. No segundo momento, será realizada uma análise com base no processo de construção das dinâmicas no laboratório LabFLV. Os resultados iniciais demonstram um grande potencial dos laboratórios como instrumentos de participação social e de interação entre Estado e sociedade.

**Palavras-Chave:** Laboratórios de Inovação; Problemas complexos; Insegurança alimentar.

### **Introdução**

Os Laboratórios de inovação do setor público (Lips), atualmente, são regulamentados pela Lei n.º 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital. Durante a pesquisa exploratória, não

encontramos legislação anterior a essa sobre o Governo Digital (i-gov), porém, encontramos iniciativas de Lips anteriores à lei de 2021. O i-gov prevê o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

Na Lei n.º 14.129, de 29 de março de 2021 que trata sobre os Lips, aparece da seguinte forma:

*VIII - laboratório de inovação: espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública (BRASIL, 2021).*

Este ano, o Ministério da Saúde (MS), com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), lançou um Laboratório de Inovação para incentivar a produção, o abastecimento e o consumo de frutas, legumes e verduras (FLV). A iniciativa está associada a outras articulações, como o Portal de Inovação para a Gestão do SUS (APSREDES), com participação de diversos órgãos do governo. O Laboratório de Inovação: incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras (LabFLV)<sup>1</sup>, tem como objetivo principal fortalecer a disponibilidade e o consumo de frutas, legumes e verduras enquanto estratégia para a promoção da alimentação adequada e saudável.

A questão da participação da sociedade civil organizada no laboratório de inovação frutas, legumes e vegetais é um dos interesses da pesquisa. O Laboratório aparece como um espaço de interação entre diferentes atores para pensar soluções políticas a um problema público complexo. Trabalhos apontam que uma diversidade de atores pode contribuir para a efetividade das políticas (SOUZA et. al., 2019), isso porque, pessoas de distintas realidades sociais apresentam outras perspectivas acerca do problema.

Sano (2020), em recente estudo, mapeou e analisou 43 experiências de Lips nacionais, envolvendo os três poderes da União, nas esferas municipal, estadual e federal. De forma geral, os resultados sugerem que os Lips prosperam nas etapas de inovação,

---

<sup>1</sup> Para fins de leitura do trabalho, chamaremos o “Laboratório de Inovação: incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras” apenas por LabFLV.



além de mapear os problemas e conceberem ideias, eles atuam na elaboração de protótipos e viabilizam a sua implantação. No entanto, apontou para algumas lacunas de pesquisa a serem preenchidas, dentre elas o estudo sobre a atuação dos laboratórios em problemas complexos (wicked problems).

Com base na teoria de análise da ação pública a partir de seus instrumentos, de Lascoumes e Le Galés (2012), a pesquisa pretende investigar o laboratório de inovação frutas, legumes e verduras enquanto um instrumento de ação pública e sua atuação na resolução de problemas públicos complexos, bem como a importância do dialogismo para o desenvolvimento democrático.

## **Metodologia**

Trata-se de uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando-se de pesquisa bibliográfica sobre os assuntos centrais do estudo, pesquisa documental em legislação específica disponível sobre Laboratórios de Inovação no setor público e análise de dados em material disponibilizado pela instituição coordenadora do LabFLV.

## **Resultados e Discussões**

O progresso científico e tecnológico é visto como parte das modificações inerentes ao desenvolvimento do capitalismo moderno, que passa a exigir cada vez mais recursos materiais, financeiros e humanos que sejam capazes de responder às crescentes demandas das sociedades contemporâneas. Como parte do processo histórico de difusão de descobertas científicas e tecnológicas, mas também do avanço do processo de industrialização das economias dos denominados países desenvolvidos, as economias dos países capitalistas periféricos também buscaram internalizar os movimentos ditados pelos países centrais na busca do crescimento econômico buscando conferir centralidade à ciência, à tecnologia e à inovação aos modelos de desenvolvimento propostos.

Cabe destacar que as transformações políticas sociais e econômicas vivenciadas ao longo do século XX se refletiram também nos processos de reorganização do Estado e da administração pública. A consolidação de Estados de bem-estar social especialmente no período que sucedeu as duas Grandes Guerras Mundiais complexificou a atuação estatal,

que não se resumia apenas às demandas de cunho social, mas também ao atendimento de outras áreas como infraestrutura e econômica. Diante disso, não apenas as funções estatais modificaram-se, mas também as estratégias de ação governamental para prover os serviços públicos e como o Estado é percebido pela sociedade (CAVALCANTE e CUNHA, 2017).

Neste sentido, aliada à evolução da ciência e da tecnologia, a inovação ganha relevância nos processos de busca pela modernização na esfera pública visando a resolução de problemas cada vez mais complexos em contextos de economias globalizadas, nos quais as crises sociais, políticas e econômicas também se espalham com maior velocidade.

A compreensão do que são os problemas complexos (*wicked problems*), parte de estudos de especialistas<sup>2</sup> que sinalizam esses obstáculos como situações que colocam em xeque a efetividade da gestão e das políticas públicas. Brugué; Canal e Paya (2015), argumentam que é impossível aplicar a esses problemas receitas simplificadoras, como usualmente utilizadas pelas administrações públicas. Um dos fundamentos utilizados por esses autores é que o modo clássico de atuação administrativa tende a simplificar os problemas, buscando resolvê-los de uma forma especializada e setORIZADA.

Surge então uma importante categoria no âmbito dos estudos de políticas públicas e ação pública: a transversalidade. Brugué, Canal e Paya (2015), mobilizam o conceito de transversalidade, para além de uma prática administrativa - como o caso das comissões interdepartamentais. A partir da interpretação dos autores, a transversalidade é uma mudança na essência da cultura organizacional, no seu *modus operandi*: de uma instituição que funciona verticalmente para uma fundamentada nas conversações laterais; de uma prática setORIZADA para uma de maior interação entre as partes; de uma cultura de pouca comunicação para uma de conversação e diálogo.

A transversalidade se propõe, simultaneamente, como conceito e como instrumento organizativo, comporta relação com processos de coordenação lateral e/ou intersetorial, mas não deveria ser confundida com esses processos (Cruz, 2017, apud Serra, 2005). A transversalidade propõe ressignificar a construção de políticas públicas, não apenas

---

<sup>1</sup> De acordo com Brugué; Canal e Paya (2015), a nomenclatura “*wicked problems*” foi empregada pela primeira por Rittel y Webber (1973) e aprofundado nos estudos de Hammon y Mayer (1986), Fischer (1993) y Roberts (2000).

envolvendo outros atores, mas trazendo uma forma de pensar totalmente nova para um problema público.

A transversalidade está diretamente associada às estruturas de participação social na tomada de decisão e à capacidade da ação pública em abraçar beneficiários em sistemas complexos de desigualdade.

A ação pública surge então como uma abordagem que nos permite observar a prática do Estado heterogêneo marcado por constantes disputas entre os seus atores. É uma lógica que compreende o deslocamento da atuação centrada exclusivamente no Estado (top-down) para uma visão que abrange a atuação das representatividades coletivas também mobilizadas para a solvência dos problemas complexos a partir das políticas públicas (bottom up) (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012).

Os resultados obtidos até o momento, durante a construção do referencial teórico - primeira etapa da investigação, apontam para a importância dos laboratórios de inovação como instrumento de política pública, visto que são normatizados e apresentam resultados na operacionalização das discussões em que a sociedade é convidada para discutir junto a membros do setor público sobre problemas públicos. Espera-se ainda validar esse argumento quanto aos resultados, bem como entender como se dá a participação da sociedade civil organizada dentro do laboratório em estudo. E ainda, compreender o potencial do LabFLV na resolução dos problemas públicos ao qual se propõe dialogar.

### **Considerações Finais**

Percebe-se a necessidade cada vez maior de inovar no setor público, repensar modelos e utilizar mecanismos democráticos para a construção de políticas públicas. Há uma diversidade de atores e de contextos que inviabilizam a resolução de problemas públicos de maneira setorializada ou verticalizada. Nesse sentido, os espaços abertos e plurais são fundamentais para que soluções transversais possam ressignificar o modo de pensar e fazer políticas públicas.

O laboratório de inovação de frutas, legumes e verduras - LabFLV surge em um momento relevante, onde a falta de segurança alimentar e nutricional é intensificada pela

pandemia do Covid-19, assunto este que perpassa diversos setores sociais com impactos significativos e em escalas diferentes.

Assim, instrumentos de ação pública surgem como modos de repensar a relação Estado e sociedade, na expectativa de uma democracia mais participativa com resultados significativos para a sociedade.

### Referências

APSREDES. Laboratório de Inovação: incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras, incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras. 2021. Disponível em: <<https://apsredes.org/laboratorio-de-inovacao-incentivo-a-producao-ao-consumo-e-aobastecimento-de-frutas-legumes-e-verduras/>>. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Brasília, 2021.

BRUGUÉ, Q.; CANAL,R.; PAYA ,P. ¿inteligencia administrativa para abordar “problemas malditos”? *Gestión y Política Pública*, XXIV(1), 85–130, 2015.

CAVALCANTI, P.; QUEIROZ, B. (2017). É preciso inovar no governo , mas por quê ? In: *Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil*.Brasília: IPEA,2017, cap. 1, p. 15-32.

CRUZ, F. N. B., & Daroit, D. DOS NEXOS EFÊMEROS AO FAZER ESTADO: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. *NAU Social*, 8(15), 2017. <https://doi.org/10.9771/ns.v8i15.31403>. Acesso em: 11 out. 2021.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologia da Ação Pública*. Alagoas: Edufal, 2012.

SANO, H. (2020). Laboratórios de Inovação no Setor Público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. *Cadernos ENAP*, 69, 1–45. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5112>. Acesso em: 11 out. 2021.

SOUZA, Gustavo Costa de et al. Estratégias de análise da ação pública. *Revista Nau Social*, Salvador, v. 9, n. 17, p. 59-75, abr. 2019.

## **CIDADES INTELIGENTES E GOVERNO ABERTO: ANÁLISE PRELIMINAR DA CARTA BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES**

Cristina Borges Mariani <sup>1</sup>

Jacqueline Moreno <sup>2</sup>

*1 Doutoranda, Universidade de Brasília, PPGDSCI, e-mail: crisitna.mariani@aluno.unb.br*

*2 Mestranda, Universidade de Brasília, PPGDSCI, e-mail: jacqueline.guimaraes@aluno.unb.br*

**Resumo:** O desenvolvimento tecnológico e as transformações digitais têm se acentuado e produzido impactos profundos nas sociedades contemporâneas. Nesse contexto, a construção de Cidades Inteligentes capazes de promover crescimento inclusivo e sustentável tem se destacado na governança urbana. Esta pesquisa, a partir da perspectiva de governo aberto, realizou uma análise preliminar do processo de construção da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, para compreender em que medida se deu a participação social em sua elaboração. Se por um lado, observa-se que o processo se embasou nas premissas de cocriação e corresponsabilidade, tendo em vista seu propósito de fomentar uma cultura de governança centrada no cidadão, do outro, é necessário investigar mais profundamente os atores participantes e relações que estabeleceram para compreender o nível de legitimidade dessa construção coletiva e o valor público que dela se originou.

**Palavras-chave:** Cidades Inteligentes; Governo Aberto; Participação Social; Brasil.

### **Introdução**

A Revolução Técnico-Científica-Informacional, pós Segunda Guerra Mundial, em que se observa diversas inovações em setores como biotecnologia, robótica e telecomunicações, provocou grandes mudanças no modo de viver, nas relações sociais e no espaço geográfico. As novas tecnologias e a internet reduziram tempo e distância, aproximando pessoas e culturas do mundo todo, inclusive pela troca de informações em tempo real. Desse período, viu-se emergir uma maior complexidade urbana que também trouxe consigo novos problemas urbanos (ou os acentuou), tendo em vista, por exemplo, a exclusão socioespacial, aumento da violência e deterioração do meio ambiente (BESSA, 2019).

Nos dias atuais, essas mudanças foram intensificadas com a imposição de uma nova etapa na cultura digital a partir do avanço da Internet das Coisas (*Internet of Things*, IoT) e do Big Data, surgindo novas relações entre o espaço urbano e as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs. A conjunção entre IoT, *Big Data* e algoritmos passa a influenciar diversas áreas da vida social e está no seio das estratégias de "cidades inteligentes" ou *smart cities* (LEMOS, 2017).

A literatura apresenta diferentes abordagens sobre o termo "Cidades Inteligentes" ou "*Smart Cities*". No entanto, pode-se observar duas forças que impulsionam as discussões. Uma liderada pela indústria de TICs que enfatiza soluções e produtos para o desenvolvimento desse mercado, sem necessariamente estar atrelada às demandas sociais. E outra gerada a partir dos diversos desafios enfrentados pelas cidades - crescimento populacional, mudanças climáticas, déficit habitacional, entre outros (AUNE, 2017; MENDES, 2020).

De forma genérica, na tentativa de abarcar os principais aspectos tratados nos conceitos de *smart city*, Mendes (2020, p. 8) propõe uma *smart city* como :

*uma cidade que, através de uma visão holística, multidimensional/multiparticipativa, e com o uso intensivo de recursos tecnológicos, é capaz de promover um crescimento inclusivo e sustentável, com a maximização da eficiência na alocação dos seus recursos, visando a melhor qualidade de vida da sua população. O uso de tecnologias digitais, e consequente geração extraordinária de dados, possibilitariam estratégias mais eficientes de gestão, com maior rapidez de respostas (muitas vezes em tempo real).*

Ao se analisar projetos de cidades inteligentes, em cidades como Bristol, Curitiba, Glasgow e Rio de Janeiro, percebeu-se, por exemplo, a "falta de participação pública e a invisibilidade para processos eletrônicos (IoT, Big Data e governabilidade algorítmicas)" (LEMOS, 2017, p. 19) e que nem sempre essas experiências conseguem transpor as desigualdades existentes (MENDES, 2020). Segundo Mendes (2020), apesar dos aspectos problemáticos, não é verdade que as novas tecnologias não possam atuar em prol da sociedade, porém, a redução ou o aumento das desigualdades sociais dependerá das estratégias escolhidas para integração dessas tecnologias às cidades na resolução de seus problemas - tendo em vista os modelos "*top-down*" ou "*bottom-up*" ou uma junção de ambos. Para a autora, possivelmente essa junção apresenta-se como melhor alternativa,

uma vez que é imprescindível contar com infraestrutura digitalizada e participação social para implantação de uma cidade inteligente e justa.

Nesse contexto, as diretrizes de governo aberto apresentam grande potencial de contribuição para o processo de implantação de cidades inteligentes e justas. O governo aberto consiste na constante busca pela construção de um canal direto de colaboração entre o governo e a sociedade para se alcançar a diversificação de formas participativas, inovadoras e tecnológicas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas (MARIANI, 2019). Segundo a Parceria para Governo Aberto (OGP, 2011), da qual o Brasil é membro co-fundador, os princípios da transparência, da prestação de contas, da participação cidadã e da inovação tecnológica caracterizam a essência das ações públicas em governo aberto, as quais têm por meta síntese o fomento à construção de políticas públicas legítimas, efetivas e responsivas que gerem valor público à sociedade.

É sob estas perspectivas que se pretende compreender como foi o processo de elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2020), iniciativa realizada pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional (SMDRU/MDR), que contou com o apoio da agência de cooperação técnica alemã - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e com a colaboração de diversos setores da sociedade. O estudo tem como objetivo analisar em que medida se deu a participação social na construção deste documento, observando tal dinâmica sob a perspectiva de governo aberto e governança territorial.

Segundo concepções de cidades inteligentes centradas no cidadão torna-se essencial a participação de vários atores da sociedade no sentido de se debater e desenhar o modelo de cidade inteligente adequado à realidade local. Entende-se, portanto, a relevância de se conhecer na prática a dinâmica dos debates estabelecidos com os atores engajados na elaboração da Carta e como as relações estabelecidas e as trocas de conhecimento permitiram a produção deste documento que pretende guiar as estratégias de implementação dos municípios brasileiros nesta direção.



## Metodologia

Foi adotada uma estratégia de triangulação (PARANHOS, 2016) pela necessidade de se entender o fenômeno social complexo da construção da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes que nem sempre se traduz em indicadores objetivos. A união das abordagens qualitativa e quantitativa tende a favorecer uma investigação mais completa e profunda do objeto de estudo. Para isso, foram definidas a combinação das técnicas de análise documental e bibliográfica (documentos institucionais e de carácter científico, produções jornalísticas e produtos de trabalho de campo), realização de entrevistas com especialistas e gestores participantes e aplicação de uma *survey* para compreender a percepção dos atores da sociedade civil sobre o processo de construção, através de aplicação de *Likert*.

Com base na teoria fundamentada e guiando-se pelos objetivos da investigação, pretende-se extrair dos conteúdos das entrevistas e dos resultados da *survey* os núcleos de sentido mais relevantes para serem comparados entre si e confrontados com outros dados mais abrangentes de forma a se poder categorizá-los (CHARMAZ, 2009, apud FURLANETTI e BARROS, 2013).

## Resultados e discussões

O processo de construção da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes teve como um de seus componentes fundamentais a participação social. De acordo com as informações do site do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Carta tem como propósito "consolidar uma visão nacional sobre o tema, [...] numa perspectiva convergente de uso responsável e inovador da transformação digital para um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo" (BRASIL, 2020b). Ela expressa uma agenda pública, propondo conceito para o termo a partir da realidade local, princípios, diretrizes, objetivos estratégicos e recomendações aos municípios para a implantação das cidades inteligentes brasileiras. Seu processo de elaboração teve início em 2019, incluiu atividades como por exemplo três oficinas de trabalho e consulta pública por meio da Plataforma Participa + Brasil, e contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas que representaram diferentes setores da sociedade, que deu origem à "Comunidade da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes" aberta a interessados (BRASIL, 2020a).

Sob a ótica dos princípios de governo aberto, o primeiro resultado interessante observado durante o processo de elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes está associado com a concepção de construção colaborativa. Estruturada a partir de premissas de coparticipação e corresponsabilidade, as oficinas de trabalho, a consulta pública e a redação coletiva da Carta, por exemplo, procuraram mobilizar a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levassem a uma construção mais efetiva e responsiva.

No entanto, a busca de legitimidade também pode ser associada ao equilíbrio de forças dos atores convidados a participar mais diretamente e como se deram as dinâmicas de participação nas atividades. Por isso, precisam ser observadas mais a fundo. A princípio, em conversa exploratória junto a gestora da GIZ, responsável pela condução do processo, admitiu-se pela equipe executiva a pressão econômica frente aos interesses públicos, então, se optou por convidar associações de empresas, em vez de empresas diretamente. Na fala da gestora, observou-se também o receio por parte de alguns atores convidados da sociedade civil a fazer parte do processo, o que indica uma descrença inicial sobre a efetividade do processo. Dessa forma, é necessário mapear as organizações da sociedade civil participantes e a sua percepção quanto aos debates e responsividade pela equipe executiva. Há de ser investigado também como a operação se deu em termos de transparência e prestação de contas - outros princípios relativos ao governo aberto.

Esse aprofundamento permitirá ultrapassar análises ingênuas quanto à participação social em processos de formulação de políticas públicas e em que medida o processo de construção da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes implementado orientou-se pelos preceitos de governo aberto - investigação essencial para se compreender a geração de valor público pretendida pela Carta.

### **Considerações finais**

Os resultados parciais identificados até o momento revelam interessantes abordagens acerca da relação entre participação social e a legitimidade da política pública, ao passo que fornece pistas para investigar de forma crítica tal relação. O aprofundamento nas relações e dinâmicas estabelecidas é chave para avaliar se a agenda proposta pela

Carta tem potencial de gerar valor público associado ao envolvimento de mais cidadãos em seu planejamento, desenvolvimento, avaliação e monitoramento.

## Referências

AUNE, A. Human Smart Cities - O cenário brasileiro e a importância da abordagem joined-up na definição de Cidade Inteligente. Orientador: Rafael Soares Gonçalves. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BESSA, L. F. M. Estado, Sociedade e Cidades (Eixo1). Curso Direito à cidade na perspectiva da população em situação de Rua com foco na população negra (mimeo). Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdr/ptbr/assuntos/desenvolvimento-regional/projetoandus/Carta\\_Bras\\_Cidades\\_Inteligentes\\_Final.pdf](https://www.gov.br/mdr/ptbr/assuntos/desenvolvimento-regional/projetoandus/Carta_Bras_Cidades_Inteligentes_Final.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes: Uso responsável e inovador da transformação digital para um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. Brasília, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/cartabrasileira-para-cidades-inteligentes>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CHARMAZ, K. A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009. Resenha de: FURLANETTI, Maria; BARROS, Nelson. Ciência & Saúde Coletiva, vol.18, no.1, p. 283-284, 2013.

MARIANI, C. B. Governo aberto e a governança do Programa Bolsa Família. Brasília: Ipea, 2019. Orientador: Antônio Ernesto Lassance de Albuquerque Junior. 2019. 63 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2019.

MENDES, T. C. M. Smart Cities : Solução Para As Cidades Ou Aprofundamento Das Desigualdades Sociais? TD Observatório das Metrópoles, v. 11, p. 23, 2020.

OGP (Open Government Partnership). Open Government Declaration. New York: Support Unit, 2011.

PARANHOS, R; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C.; SILVA JUNIOR, J. A; RODRIGUES, D. F. Uma introdução aos métodos mistos. Sociologias, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016.

SILVA, S, P. Algoritmos, comunicação digital e democracia: dimensões culturais e implicações políticas nos processos de Big Data. In: João Paulo Mehl, Sivaldo Pereira da Silva (Org.). Cultura digital, internet e apropriações políticas: Experiências, desafios e horizontes. 1ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2017, v.1, p. 29-43.

## **COMO AS CIDADES INTELIGENTES PODEM SE TORNAR AMIGAS DA PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Fábio César de Oliveira 1

Tatiana Frade Maciel 2

*1Doutorando no PPGDSCI, UnB. E-mail: fabio.cezar@aluno.unb.br*  
*2 Mestranda no PPGDSCI, UnB. E-mail: tatiana.maciel@aluno.unb.br*

**Resumo:** O estudo utiliza o método de revisão narrativa da literatura para discutir a lacuna do uso da tecnologia dentro do conceito das Cidades Amigas das Pessoas Idosas da OMS, e como os princípios do guia da OMS pode agregar novos olhares sobre as Cidades Inteligentes no planejamento dos espaços urbanos diante do crescente número de pessoas idosas no mundo. Os resultados são apresentados em 3 categorias temáticas: a primeira discute alguns tensionamentos teóricos relacionados aos diversos conceitos e propostas de cidade; a segunda analisa as lacunas tecnológicas existentes no conceito de Cidade Amiga e a terceira aponta possíveis formas de as Cidades Inteligentes envolverem as pessoas idosas em suas iniciativas. O Brasil protagoniza cenários de intensa desigualdade social e processos desestruturados de urbanização marcados por diferenças de acesso aos serviços básicos e ao direito à cidade. A visão elitista do uso da tecnologia não pode deixar a margem à população carente, nem o crescente volume de pessoas idosas em todos os territórios. A busca pelo desenvolvimento social passa pelo desenho urbano e deve caminhar junto das políticas de envelhecimento ativo, combate ao ageísmo e promoção de equidade.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Gerontecnologia; Urbanismo.

### **Introdução**

Viver na cidade e viver mais são certamente as mudanças demográficas mais importantes ocorridas nas últimas décadas (CAIAFFA et al., 2008). Pensando neste novo cenário, muitos conceitos e propostas de cidades foram surgindo ao longo dos anos. Este estudo suscita reflexões sobre dois conceitos e modelos em destaque: as Cidades Inteligentes e as Cidades Amigas da Pessoa Idosa.

Para Garau e Pavan (2018) a constituição da Cidade Inteligente depende da interação do capital humano, do capital social e das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Considerando exclusivamente este conceito e priorizando o elemento do capital humano, estariam os idosos preparados para o uso da tecnologia na cidade?

Por outro lado, a integração e o uso da tecnologia como um domínio dentre os eixos da estrutura da Cidade Amiga da Pessoa Idosa também precisam ser discutidos. Uma cidade amiga da pessoa idosa oferece amplas oportunidades para a participação de idosos na comunidade. Em outras palavras: um local onde os idosos sejam ativamente envolvidos, valorizados e apoiados com infraestrutura e serviços que atendam de forma eficaz às suas necessidades (FITZGERALD; CARO, 2017), seriam estes serviços mais amigos e eficientes com a tecnologia?

Nos próximos tópicos iremos discutir estes questionamentos.

## **Metodologia**

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma revisão narrativa de literatura acerca da aproximação dos conceitos de Cidades Inteligentes e Cidades Amigas das Pessoas Idosas, evidenciando as lacunas existentes entre eles e como são favorecidos quando seus projetos são convergidos pela busca do bem-estar social. Para compor esta revisão foi realizada uma busca no portal dos periódicos CAPES para elucidar trabalhos recentes (2015-2021) sobre a junção dos conceitos de: ‘age-friendly’ AND ‘smart cities’. Para apresentar os resultados estruturamos uma primeira parte com tensionamentos teóricos dos conceitos, seguindo com as lacunas nestes projetos de cidade e finalizamos com iniciativas complementares aos dois modelos.

## **Resultados e discussões**

### **Tensionamentos teóricos relacionados aos diversos conceitos e propostas de cidade**

O termo Cidades Inteligentes surgiu no final da década de 1990 e ainda que desperte cada vez mais a atenção de estudiosos e governantes, seu conceito teve gênese no mercado privado, associado à oferta de soluções tecnológicas traduzidas como facilidades para o dia a dia dos habitantes dos centros urbanos que, na visão mercadológica, nada mais são do que consumidores e usuários de serviços.

Com a popularização da Internet e o aumento da conectividade, o crescimento da oferta dessas tecnologias, sempre acompanhados do termo smart, como: smartphone; smarttv; smarthouse; smartbuilding; contribuiu para a popularização do termo Smart Cities

ou Cidades Inteligentes (CI). Desde então, o conceito tem evoluído, não apenas acompanhando o avanço tecnológico, mas incluindo outras áreas do conhecimento voltadas, principalmente, para a participação humana.

Lazaretti et al. (2019), ao estudar a contribuição de estudos brasileiros sobre o tema, mostram essa evolução, ressaltando que o interesse acadêmico cresceu a partir dos anos 2010. O conceito moderno de Cidade Inteligente contempla o desenvolvimento do capital humano e o seu planejamento deve envolver melhorias nas condições de vida urbana (NEIROTTI et al., 2014). Em consonância, Oliveira e Campolargo (2015) trazem a sua contribuição, ao apresentar a trajetória evolutiva das Cidades Inteligentes para a condição de Cidades Humanas Inteligentes. A construção das cidades inteligentes modernas deve ter o foco na saúde e educação do cidadão, bem como, ter uma preocupação com a sustentabilidade (ANDRADE; FRANCESCHINI, 2017).

A primeira geração de Cidades Inteligentes trazia em sua concepção, um modelo Top Down com as ideias e os recursos vindos do mercado privado de Tecnologia da Informação e Comunicações, e evoluiu para a geração atual é construída a partir de um modelo Bottom-Up, com participação do cidadão (RAMPAZZO; VASCONCELOS, 2019).

O fato é que definir Cidades Inteligentes de forma exata não é uma tarefa fácil e talvez nem seja possível. No intuito de compreender e tornar mais claro esse conceito, o IESE Business School, da Espanha, elabora um índice anual de inteligência das cidades considerando nove dimensões: 1) Capital Humano; 2) Coesão Social; 3) Economia; 4) Governança; 5) Meio ambiente; 6) Mobilidade e transporte; 7) Planejamento Urbano; 8) Conexões internacionais; e 9) Tecnologia (IESE, 2020). Nesse ranking dinâmico, algumas cidades se destacam em um determinado aspecto, enquanto outras se destacam em um ou mais pontos diferentes. Contudo, o capital humano deveria ser uma dimensão indispensável à todas.

O mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes, a população idosa deve alcançar a marca de 2 bilhões até o ano de 2050. (CAMARANO, 2004), e com esta nova composição populacional devemos voltar nossos esforços para a inclusão e o respeito destas pessoas na cidade. Foi com este intuito, que em 2007 a OMS lançou o guia das Cidades Amigas da Pessoa Idosa, um modelo de cidade desenvolvido



em 8 eixos urbanos (Participação social; Comunicação e informação; Participação cívica e emprego; Habitação; Transporte; Apoio comunitário e serviços de saúde; Espaços exteriores e edifícios; Respeito e inclusão social) projetados para apoiar e permitir que as pessoas idosas envelheçam ativamente. Ou seja, que vivam com segurança, gozem de boa saúde e continuem participando plenamente da sociedade (OMS, 2007).

Contudo, o modelo de cidades e comunidades amigas da pessoa idosa não contempla de forma explícita a tecnologia (MARSTON; VAN HOOFF, 2019). Apesar disso, hoje a tecnologia está espalhada em toda parte e facilmente encontrada em nosso dia a dia. Portanto, não deve ser ignorada, mas enxergada como uma importante fonte de apoio às atividades diárias da pessoa idosa, como suporte e estímulo de sua participação social, ou como auxílio na prestação de cuidados (VAN HOOFF et al., 2019; PEEK et al., 2014).

O ritmo acelerado no qual a tecnologia se desenvolve deve garantir que todos os cidadãos, independentemente da idade, sejam representados e que consigam acompanhar as tendências atuais dos domínios de cidades inteligentes e amigáveis. O preconceito contra a pessoa idosa é claramente visto ao retratar os adultos mais velhos como um grupo homogêneo de não usuários, resistentes à tecnologia. Esta caracterização, junto com estereótipos de envelhecimento, mascara processos sociais multifacetados que envolvem alfabetização, inclusão e oportunidades.

Em seu estudo, Woolrych et al. (2018) observaram que muitos idosos estavam dispostos a usar uma ampla gama de tecnologias no contexto de cidades inteligentes, isso demonstra que o que falta são políticas públicas que oportunizem o conhecimento e utilização das novas tecnologias por esta parte da população e de forma segura.

O analfabetismo digital é, de fato, um obstáculo para absorção de toda a oferta tecnológica proposta ao cotidiano das populações urbanas, tornando-se necessário investir no capital humano, no fomento à educação e à cultura, à melhoria das condições sociais da população e, particularmente, à qualificação da população para uso das inovações ofertadas.

A pandemia acelerou o uso das tecnologias e mostrou como a exclusão digital está intimamente alinhada com exclusão social (ROBINSON et al., 2015), compreender a adoção e o uso tornou-se uma questão urgente - principalmente considerando que a



Internet pode ajudar a aumentar as oportunidades para conexão social das pessoas idosas (PODGÓRNIAK-KRZYKACZ; PRZYWOJSKA; WIKTOROWICZ, 2020).

### **Lacunas da tecnologia no conceito de Cidade Amiga da Pessoa Idosa**

Uma cidade amiga da pessoa idosa permite que os residentes envelheçam ativamente em suas famílias, bairros e sociedade civil, e oferece amplas oportunidades para sua participação na comunidade. Ao longo do século XXI, a tecnologia tornou-se essencial para as sociedades contemporâneas e futuras, e ainda mais imperativa nas últimas décadas. No entanto, a tecnologia não é considerada explicitamente nos 8 eixos do guia global da OMS, que descreve uma cidade amiga do idoso. Contudo, a natureza multidimensional da exclusão social na velhice (VAN REGENMORTEL et al., 2018) demonstra que a exclusão digital é uma forma dominante de exclusão, e que por esse motivo, os idosos são vistos como uma "subclasse digital" (PODGÓRNIAK-KRZYKACZ; PRZYWOJSKA; WIKTOROWICZ, 2020).

Soluções inteligentes oferecidas por cidades podem ser adotadas para adultos mais velhos se forem projetadas para corresponder às capacidades psicofísicas, perceptivas ou cognitivas desse grupo de usuários. Além do acesso a tecnologias adequadas, no desenvolvimento de uma cidade inteligente e amiga do idoso deve-se considerar outros aspectos importantes, como: educação, promoção, cursos de formação digital e integração social (ABASCAL, BARBOSA, NICOLLE & ZAPHIRIS, 2016).

### **Como as Cidades Inteligentes podem ser Amigas das pessoas idosas**

O sucesso de projetos e aplicativos de cidades inteligentes depende, em grande medida, de quanto os cidadãos os aprovam e utilizam, do apoio ao processo de tomada de decisão e do estímulo a mudanças no comportamento do usuário. Portanto, os residentes deverão estar no centro do projeto de soluções de Cidades Inteligentes assim como é no plano das Cidades Amigas das Pessoas Idosas. As CIs estão diretamente relacionadas ao cotidiano e ao bem-estar da população, e é desejável, portanto, que estejam no foco da governança pública e dos projetos de transformação ou construção das novas cidades.

Nesta perspectiva, Angelidou (2015) desenhou o modelo integrado de cidade inteligente estruturado em 4 pilares que priorizam a inclusão: (i) Avanço do capital humano: capacitação do cidadão; (ii) Avanço do capital social: sustentabilidade social e inclusão digital. (iii) Mudança de comportamento - sensação de que somos todos proprietários e igualmente responsáveis por nossa cidade; (iv) Abordagem humana: tecnologia que atende às necessidades, habilidades e interesses dos usuários, respeitando sua diversidade e individualidade. Este modelo mostra-se mais inclusivo e direciona ações para unir e complementar o conceito das duas cidades.

### **Considerações finais**

É natural que com o envelhecimento haja uma diminuição no ritmo e na performance das pessoas, não apenas nas atividades obrigatórias, mas também no seu próprio tempo de aproveitar a vida. E que com a aposentadoria os indivíduos passem a utilizar a tecnologia mais para lazer e interação social, ou talvez tenha menor engajamento com seu uso e inovações.

Esses pontos devem ser considerados na concepção de um modelo de cidade inteligente e amiga de sua população, principalmente com o cenário de uma crescente população idosa concentrada nos centros urbanos. Urbanistas e gerontecnologistas deverão compreender que ao acolher o indivíduo idoso, a cidade estará preparada para acolher toda a população, sendo, portanto, a melhor referência de usuário.

Pensar em cidades inteligentes como inovações tecnológicas não é suficiente se não levarmos em conta as limitações humanas. Pensar em uma cidade humana, que não acompanha o avanço tecnológico, pode também não ser suficiente para quebrar as exclusões sociais, principalmente para os idosos. A solução está em considerar essas duas dimensões: o fator humano e a tecnologia.

### **Referências**

ABASCAL, J.; BARBOSA, S.D.J.; NICOLLE, C.; ZAPHIRIS, P. Rethinking Universal Accessibility: A Broader Approach Considering the Digital Gap. In Universal Access in the Information Society; Springer: Berlin/Heidelberg, Germany, 2016; pp. 179–182.

ANDRADE, E. A.; FRANCESCHINI, M.C.T.. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.22, n.12, p.3849-3858, Dec. 2017.

ANGELIDOU, M.. Smart cities: A conjuncture of four forces. *Cities*, v. 47, p. 95–106, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2015.05.004>>.

CAIAFFA, Waleska Teixeira et al. Urban health: “The city is a strange lady, smiling today, devouring you tomorrow”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 6, p. 1785–1796, 2008.

CAMARANO, A. A. Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Muito+além+dos+60:+os+novos+idosos+brasileiros#2>>.

FITZGERALD, K G; CARO, F G. Introduction: International Perspectives on Age-Friendly Cities. *International perspectives on age-friendly cities*, Query date: 2020-10-29 18:35:15, 2017.

GARAU, C.; PAVAN, V. M. Evaluating urban quality: indicators and Assessment Tools for Smart Cities. *Sustainability*, 10(3), 575, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10030575>.

IESE. Cities in Motion Index.2020. Disponível em < <https://media.iese.edu/research/pdfs/ST-0542-E.pdf>>.

LAZZARETTI, K., SEHNEM, S. & BENCKE, F. F., MACHADO, H. P. V. (2019). Cidades inteligentes: insights e contribuições das pesquisas brasileiras. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, e20190118. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20190118>

MARSTON, Hannah R.; VAN HOOF, Joost. “Who doesn’t think about technology when designing urban environments for older people?” A case study approach to a proposed extension of the who’s age-friendly cities model. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 16, n. 19, 2019.

NEIROTTI, P., De MARCO, A., CAGLIANO, A. C., MANGANO, G., & SCORRANO, F. (2014). Current trends in Smart City initiatives: Some stylised facts. *Cities*, 38, 25-36. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2013.12.010>. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2013.12.010>

OLIVEIRA, A.; CAMPOLARGO, M. From smart cities to human smart cities. 48th Hawaii International Conference on System Sciences, p. 2336-2343, 2015.

OMS. Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas. [S.l: s.n.], 2007. Disponível em: <[http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9789899556867\\_por.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9789899556867_por.pdf)>.

PEEK, S.T.M.; WOUTERS, E.J.M.; VAN HOOF, J.; LUIJKX, K.G.; BOEIJE, H.R.; VRIJHOEF, H.J.M. Factors influencing acceptance of technology for aging in place: A systematic review. *Int. J. Med. Inform.* 2014, 83, 235–248.

PODGÓRNIAK-KRZYKACZ, A; PRZYWOJSKA, J; WIKTOROWICZ, J. Smart and Age-Friendly Communities in Poland. An Analysis of Institutional and Individual Conditions for a New Concept of Smart Development of Ageing .... *Energies*, Query date: 2020-10-29 18:35:15, 2020. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1996-1073/13/9/2268>>.

RAMPAZZO, R.F.P.; VASCONCELOS, F. N.. Cidades Inteligentes e (Quase) Humanas: Smart and (almost) human cities. *Revista Políticas Públicas & Cidades* - 2359-1552, [S. l.], v. 8, n. 4, 2019. DOI: 10.23900/2359-1552v8n4-3-2019. Disponível em:<https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/359>.



I SEMINÁRIO DE TRABALHOS  
CIENTÍFICOS DO PPGDSCI

CEAM | UNB

VAN HOOF, J.; DIKKEN, J.; BUTTIGIÈG, S.C.; VAN DEN HOVEN, R.F.M.; KROON, E.; MARSTON, H.R. Age-friendly cities in the Netherlands: An explorative study of facilitators and hindrances in the built environment and ageism in design. *Indoor Built Environ.* 2019, 29, 417–437.

VAN REGENMORTEL, S.; DE DONDER, L.; SMETCOREN, AS. et al. Accumulation of Disadvantages: Prevalence and Categories of Old-Age Social Exclusion in Belgium. *Soc Indic Res* 140, 1173–1194 (2018).  
<https://doi.org/10.1007/s11205-017-1817-8>

WOOLRYCH, R.; SIXSMITH, J.; MAKITA, M.; FISHER, J.; LAWTHOM, R. Exploring the potential of smart cities in the design of age-friendly urban environments. *Gerontechnology* 2018, 17, 67.



# I SEMINÁRIO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DO PPGDSCI

CEAM | UNB

21 de outubro

2021

